

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPTº DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

"GRITOS CONTRA O SILÊNCIO": SINDICALISMO
RURAL E LUTAS COTIDIANAS DOS TRABALHADO-
RES NO 'BREJO PARAIBANO' (1960-1987)".

Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa

CAMPINA GRANDE - PB

1 9 8 7 . 2

FÁBIO GUTEMBERG RAMOS B. DE SOUSA

"GRITOS CONTRA O SILÊNCIO": SINDICALISMO RURAL E
LUTAS COTIDIANAS DOS TRABALHADORES NO 'BREJO PA-
RAIBANO' (1960-1987)".

Monografia apresentada ao Curso
de Bacharelado em História da
Universidade Federal da Paraíba -
Campus II para julgamento da
Banca Examinadora composta
pelos professores: Durval Mu-
niz A. Júnior (Orientador), Elie-
te Queiroz Gurjão e Regina C.
Reyes Novaes, em cumprimento as
exigências para obtenção do
grau de Bacharel em História.



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

- DEDICATÓRIAS.

Aos meus pais, que mesmo com o "silêncio" con
tribuíram muito para a elaboração deste trabal
ho.

Aos trabalhadores do campo e da cidade, que
no dia a dia de suas lutas constroem sua pró-
pria "libertação".

- AGRADECIMENTOS.

Para chegar ao "final" deste trabalho percorremos caminhos que foram marcados pela presença de muitos personagens, que de forma "anônima" ou não, contribuíram para que o mesmo tivesse um caráter coletivo. Isto não exclui, naturalmente, as divergências, críticas e polêmicas que travamos com muitos deles. Somos gratos a todos que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho.

O orientador, Durval Muniz, que ocupa uma "página" muito importante dessa história, porque foi quem mais de perto acompanhou o desenrolar do trabalho, desde os seus primeiros momentos. Foi também graças as suas críticas e questionamentos que aprofundamos determinadas questões e nos "libertamos" de alguns preconceitos.

A todos os colegas do Curso de História que conviveram conosco nesses cinco anos de Universidade e que também acompanharam de diversas formas a elaboração deste trabalho. Em especial, Roberval Veras, Socorro Rangel e Verônica Lígia.

Aos professores do Curso de História que foram estimuladores naturais de toda nossa trajetória.

Nossas experiências com "Educação Popular" começaram no Movimento Comunitário de Bodocongó (Campina Grande), com a participação em Cursos de Alfabetização de Adul-

tos. Sou muito grato a todos que viveram e questionaram as nossas idéias e práticas neste contato inicial com os "movimentos sociais".

Nas atividades com os trabalhadores rurais encontramos muitas pessoas que deram parcelas de contribuição para que este trabalho se tornasse uma realidade e uma realidade crítica, discutida. Agradecemos muito aos que fazem o CENTRU, assessores da CUT e as direções e trabalhadores que atuam nos sindicatos de Serraria, Borborema e Alagoa Grande.

Nosso agradecimento especial ao datilógrafo João Costa Lima que, com sua preocupação em fazer as coisas bem feitas, contribuiu com a estética do trabalho.

- INTRODUÇÃO.

O interesse em estudar os movimentos sociais no campo começou a despontar, para nós, em julho de 1986. Neste mês fomos convidados para fazer parte de uma equipe de educação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). ^{1/} Esta equipe de educação foi composta por 5 pessoas, sendo dois assessores ^{2/} e três educadores de base. ^{3/} Os objetivos principais dessa equipe eram: organizar cursos e seminários para a "formação e capacitação de lideranças sindicais, iniciar o treinamento de educadores de base, recrutados entre os próprios trabalhadores rurais e iniciar a formação de equipes de educação dos sindicatos, pelo menos em três municípios: Alagoa Grande, Serraria (e Borborema) e São Sebastião do Umbuzeiro". ^{4/}

Fomos convidados para participar da equipe como "educador de base" e ficou definido que atuaríamos no "Brejo", especificamente nos municípios de Serraria e Borborema, onde o CENTRU tinha uma atuação já a algum tempo e os Presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais faziam parte de sua direção (CENTRU).

Nossos trabalhos nesses municípios duraram seis meses (de agosto de 86 a janeiro de 87) e durante esse período realizamos e participamos de atividades como: cursos de base sobre "sindicalismo", seminários de base sobre "Partidos Políticos", Assembléias dos sindicatos, Campanha Salarial e greve dos canavieiros/86, Campanha Eleitoral/86 e vi

venciamos um pouco do cotidiano de parcelas de trabalhadores rurais nos dois municípios. Tínhamos ainda reuniões mensais da equipe de educação para avaliar as atividades que realizávamos nos dois municípios.

Esses trabalhos com sindicatos rurais se desenvolveram concomitantemente com nossas atividades acadêmicas no Curso de História, com atividades de Alfabetização de Adultos no bairro de Bodocongó (Campina Grande) e com uma militância no Partido dos Trabalhadores.

A vivência em vários "espaços" com atividades bastante diversificadas, nos levou a questionar alguns aspectos do trabalho que realizávamos no campo e esses questionamentos, muito incipientes, tenderam a se aprofundar a partir das discussões que passamos a realizar com o orientador do nosso trabalho.

A vivência com os trabalhadores rurais, o conhecer mais de perto sua cultura, linguagem, concepção de mundo, concepções de luta, poder, liberdade, etc.; o questionar as formas como chegamos a atuar na "região" e como nos afastamos das atividades no campo, levaram a novas dúvidas que reforçaram o interesse em estudar o tema.

Estudar os movimentos sociais no campo e especificamente o sindicalismo rural no "Brejo Paraibano" não parece ter muito de inédito, isto porque muita tinta já foi gasta em estudos realizados sobre o tema por instituições, intelectuais, entidades sindicais, ^{5/} etc. Porém, nosso trabalho não pretende apenas estudar o movimento sindical no cam

po mas, por um lado, discutir e questionar algumas compreensões sobre sindicalismo rural e por outro, compreender determinadas práticas de parcelas do movimento sindical e os limites que estas colocam para o avanço das lutas dos trabalhadores rurais. Ou seja, pretendemos discutir os movimentos sociais no campo com os trabalhos e compreensões que existem sobre os mesmos no âmbito acadêmico e no próprio Movimento Sindical, tentando deixar de lado alguns dogmas e preconceitos que foram criados por grupos que atuam no meio rural e que orientam práticas das quais discordamos.

Dentro destes questionamentos é que surge a necessidade de estudar os movimentos sociais no campo partindo ' de sua construção cotidiana, da compreensão e linguagem dos próprios trabalhadores rurais, de seu universo cultural e suas contradições, de suas concepções de luta, vida, liberdade, etc. É esse caráter que consideramos bastante impor - tante nos nossos estudos, mas que pouco é trabalhado pela produção existente até o presente momento, a nível de Paraíba.

Esse trabalho pretende ser também, uma reflexão crítica sobre a relação e ligação entre os conhecimentos ' que adquirimos na Universidade e nossa inserção em alguns movimentos sociais, ou seja, queremos compreender até que ponto certos conhecimentos que incorporamos durante nossa formação acadêmica (estes não estão isolados da realidade em que vivemos) se relacionam e em que perspectivas com nossa atuação nos movimentos sociais.

Vinculados diretamente aos motivos expostos acima

foram surgindo, com a realização de algumas discussões e a elaboração do trabalho, alguns objetivos e/ou hipóteses que pretendemos discutir. Para nós está claro que a "conclusão" deste trabalho não significa que o mesmo esteja "acabado", mas sim reflete apenas um momento de nossas reflexões sobre o tema. Com isto queremos deixar claro que as questões e/ou hipóteses que exporemos a seguir e que discutiremos durante todo o trabalho, marcam apenas a nossa compreensão no momento, mas poderão ser revistas e reformuladas pela própria dinâmica das transformações sociais.

É nossa intenção discutir, dentro dos limites que um trabalho como este coloca, parte da bibliografia e documentos sobre movimentos sociais no campo, principalmente as produções acadêmicas e do Movimento Sindical da Paraíba. Procuraremos mostrar que parte da produção acadêmica e do Movimento Sindical sobre as lutas dos trabalhadores rurais da Paraíba desconhecem ou compreendem estas de forma superficial e isto tem levado os grupos que atuam no meio rural a práticas que consideramos equivocadas e que terminam por limitar mais ainda o potencial de luta dos trabalhadores rurais contra a opressão e dominação capitalistas.

Compreender porque o trabalhador rural não participa, na sua grande maioria, do sindicato, que é visto por parcelas das esquerdas, de forma inquestionável, como "seu órgão de classe". Para isso, levantamos algumas questões que parecem pouco perceptíveis para "certos olhares", mas que são colocadas a todos os momentos para aqueles que querem ver: existe alguma relação entre a não participação do

trabalhador rural e a forma autoritária e controladora com que surgem muitos sindicatos rurais? Ou a não participação' do trabalhador rural no sindicato significa simplesmente a "não consciência", a "alienação", o "atraso", o "individualismo", a "absorção da ideologia dominante", etc., por parte do trabalhador rural? Existem outros fatores que influem nesta ausência? Seria o sindicato reconhecido pelo conjunto dos trabalhadores rurais como "seu órgão de classe" e como um local de suas lutas coletivas e organizadas? E quando não reconhecem o sindicato como um canal de suas lutas, que outros canais os trabalhadores criam para se opor à dominação?

As relações entre a direção e a base do sindicato de Alagoa Grande sofreram fortes modificações com o aparecimento e atuação de entidades de apoio como o CENTRU, SEDUP, CEDI e da CUT ou de outros grupos e organizações de esquerda no campo e estas modificações apesar de contribuírem, em parte, para o avanço das lutas no campo têm provocado um distanciamento entre lideranças e bases que limita o avanço das lutas coletivas dos trabalhadores rurais.

Essas são algumas das questões principais que tentaremos discutir e questionar neste trabalho.

Pretendemos estudar o tema partindo do surgimento dos sindicatos rurais na década de 1960 e acompanhar a história dessas organizações e também da luta, de parcelas dos trabalhadores rurais, que se davam a margem dos sindicatos, até os dias atuais (1987).

Durante este período (décadas de 60, 70 e 80) tentaremos compreender as formas que as lutas dos trabalhadores assumiram em cada conjuntura nesses últimos 25 anos: do início da década de 60 até 64, onde nos interessa compreender o momento e as forças que estiveram envolvidas com o surgimento dos sindicatos rurais; de 64 até o final da década de 70, período em que os movimentos organizados através de entidades como as Ligas Camponesas e os sindicatos sofrem um grande refluxo e as lutas dos trabalhadores rurais assumem aspectos bastante "peculiares", dando margem ao surgimento de formas e "espaços" de lutas, individuais ou coletivos, diferentes dos que até então existiam, sendo que, isto é compreendido por nós como uma forma de se fugir da repressão e controle do Estado autoritário e dos proprietários de terra; e por fim, do final da década de 70 até os dias atuais quando, por um lado, há a chamada retomada do Movimento Sindical a nível nacional (parte deste movimento surge com novas propostas e práticas) que tanto mostra uma nova capacidade nas lutas e confrontos entre trabalhadores e proprietários como apontam para as barreiras e limites da atuação do sindicato no meio rural, e por outro lado, mantêm-se em aberto a possibilidade de dinamização de algumas formas de lutas surgidas a margem dos sindicatos rurais.

O trabalho está dividido em três capítulos: A origem do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, a conjuntura em que surge e os primeiros momentos de sua existência, como também as lutas dos trabalhadores rurais que não faziam parte do sindicato são os temas do primeiro'

capítulo. Pretendemos compreender o momento histórico e o caráter que o sindicato de Alagoa Grande assume ao surgir e suas atividades até o início dos anos 80 e resgatar, dentro do possível, as lutas travadas pelos trabalhadores fora do sindicato. Sendo que estas "histórias" serão reconstituídas a partir da própria percepção de trabalhadores e lideranças que viveram o período.

No segundo capítulo, é nossa intenção fazer um histórico da relação entre direção e base do sindicato de Alagoa Grande. Para tanto, utilizaremos alguns momentos da trajetória de Margarida Maria Alves como exemplo concreto dessa história. Discutiremos também as modificações que ocorrem nas relações entre direção e base do sindicato com a entrada de um "novo" agente nas lutas no campo: as entidades de apoio e/ou educativas, a CUT e outras organizações de esquerda.

No terceiro e último capítulo pretendemos compreender como "andam" as lutas e atividades do sindicato e dos trabalhadores que não participam deste, tentando perceber até que ponto o sindicato é ou não reconhecido pelos trabalhadores como o "seu órgão de classe". E por fim, como se coloca hoje a relação entre direção e base sindical sob a influência e intermediação dos "agentes externos" (entidades educativas e de apoio, CUT, etc.).

Faremos agora um rápido histórico da pesquisa de campo, que nos forneceu os dados e materiais para a elaboração deste trabalho. É importante observar que a metodologia da pesquisa de campo não foi definida apriorística -

mente e sim foi construída a medida que mantínhamos contatos com o meio rural. A metodologia que utilizamos na pesquisa mostra tanto os limites como a riqueza dos passos que desembocaram neste trabalho.

A fase inicial da pesquisa foi marcada pela nossa atuação como "educador de base" do CENTRU. Foi um momento muito importante do trabalho, tanto pela troca de conhecimentos com os trabalhadores rurais como pela possibilidade que esta relação apontou para conhecermos mais de perto o mundo rural, a partir das compreensões dos grupos sociais que fazem a história do campo. Esta parte da pesquisa tem sua importância não só porque é um momento em que pesquisador e os trabalhadores (universo pesquisado) trocam conhecimentos, mas sim porque além disso os trabalhadores, que fazem parte do universo pesquisado, colocam questionamentos sobre o próprio caráter do trabalho de "educação" que o pesquisador realiza, e é dentro desses questionamentos que surge a necessidade de reflexões críticas sobre as atividades do pesquisador.

Foi nesse momento do trabalho de educação de base que recolhemos parte do material e relatórios das diversas atividades que realizamos durante seis meses, nos sindicatos de Serraria e Borborema. Este foi o ponto de partida do trabalho.

Na fase seguinte, partimos dos dados obtidos com o trabalho de educação de base e de alguns questionamentos que foram aprofundados em discussões com o orientador do trabalho, com colegas de curso, professores univer-

sitários, educadores populares e também pela nossa participação em cursos de Alfabetização de Adultos. Da junção do material coletado nas atividades de educação de base com as anotações das discussões que fizemos sobre as atividades no meio rural é que foi elaborado um questionário ^{6/} para entrevistas com assessores sindicais, sindicalistas e trabalhadores rurais. ^{7/} Após a elaboração do questionário voltamos no mês de agosto para a segunda fase da pesquisa de campo.

Nesse momento, houve uma modificação muito importante no local onde aplicaríamos o questionário, isto porque o trabalho de educação de base do CENTRU terminou desarticulando-se o que nos levou a um afastamento muito brusco dos municípios de Serraria e Borborema. E o nosso retorno para a aplicação do questionário não foi nos municípios onde trabalhamos como educadores de base, mas sim em Alagoa Grande. ^{8/} Foi em Alagoa Grande ^{ONDE} que, junto com outras atividades que passamos a realizar a partir do mês de outubro/87, aplicamos o questionário.

Durante esta última fase da pesquisa de campo estivemos envolvidos em debates e discussões com professores e colegas da Universidade, com o orientador, com assessores sindicais, lideranças de áreas de conflitos de terra, direção do sindicato de Alagoa Grande, trabalhadores rurais, etc. e participamos também de cursos de formação para Trabalhadores Rurais Sem Terra, seminário para a direção estadual da CUT, reuniões, encontros e palestras com trabalhadores rurais de várias comunidades do município de Alagoa

Grande (Canafístula, Zumbi, Vila São João, Caiana do Ma -
res e Caiana dos Crioulos).

O envolvimento com diferentes grupos, pessoas
e atividades na fase final da Pesquisa de Campo, contri -
buiu em muito para a elaboração desse trabalho.

- CAPÍTULO I:

"COMO NASCE UM 'DEUS' DE CARNE E OSSO": O Sindicato de
Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

1 - O MUNICÍPIO. 1/

A história que tentaremos reconstituir neste trabalho tem como palco principal o município de Alagoa Grande. Alagoa Grande está localizada numa zona de transição entre o Agreste e a Zona da Mata e faz parte da "região" que na linguagem dos trabalhadores e do Movimento Sindical da Paraíba é denominado de "Brejo". De acordo com dados do IBGE, censo de 1980, vivem no município 31.000 habitantes, dos quais a maior parte, 17.000 habitantes, moram na zona rural. Os habitantes das terras onduladas de Alagoa Grande vivem, principalmente, a nível econômico, de atividades agrícolas, tendo maior destaque a cana de açúcar, a pecuária de corte e a agricultura de subsistência, com "menor importância".

As terras cobertas pelos canaviais se estendem pela acidentada e ondulada "região do Brejo". As encostas e morros que existem na "região" dão características muito próprias a lavoura canavieira do "Brejo", o que a diferencia da lavoura implantada nos tabuleiros da Várzea da Paraíba.

Na área canavieira de Alagoa Grande, usineiros e fornecedores de cana controlam de forma quase que absolu -

ta as terras agricultáveis, possuindo-as em grande extensão. A usina Tanques, que é a única de Alagoa Grande e também grande parte dos fornecedores possuem grandes extensões de terras no município. Segundo dados do IAA, na safra de 79/80, dos 219 fornecedores daquela usina 164 eram de Alagoa Grande, estes forneceram 77% da cana transformada naquela usina".

A usina Tanques, considerada como tecnologicamente atrasada e que moe apenas 5% da cana produzida no Estado, diferentemente de outras usinas do Estado da Paraíba, que recebem cana de propriedades localizadas em diferentes municípios, recebe e transforma cana quase exclusivamente de propriedades localizadas no município, o que mostra claramente o quanto as terras são monopolizadas pelos grupos ligados à produção de cana.

"O município de Alagoa Grande já passou por vários ciclos produtivos e hoje sua principal produção é a cana de açúcar. O próprio "Brejo", região onde está localizado, foi tradicionalmente produtor de cana e existe nesta "região" grande número de engenhos que produziam aguardente e rapadura, sendo que nos últimos 20 anos os engenhos foram desaparecendo, passando a fornecerem cana para as usinas que aparecem no "Brejo" por volta da década de 60".

"Em Alagoa Grande existem dois tipos de fornecedores de cana para a usina Tanques: os que arrendam terras das enormes extensões possuídas pela própria usina e os fornecedores que são os antigos senhores de engenho que antes fabricavam rapadura e aguardente. Foi com o processo de im-

plantação das usinas e posteriormente com as destilarias incentivadas pelo PROÁLCOOL, que os engenhos foram desaparecendo.

As relações entre fornecedores e usineiros da "região" são marcadas por várias contradições e disputas por maiores benefícios, tanto por parte do Estado como pela exploração da mão de obra assalariada (antes da implantação das usinas e destilarias a mão de obra predominante era formada por moradores, que foram expulsos das terras dos engenhos). Isto porém, não impede de maneira alguma, que eles se unam quando seus interesses comuns encontram-se ameaçados pelas lutas dos trabalhadores rurais pelo cumprimento da legislação trabalhista e pela Reforma Agrária.

Na área de caatinga do município se desenvolve a atividade criatória, o gado de corte, juntamente com a cana de açúcar e outras lavouras comerciais (algodão e agave). Nesta parte do município, onde a topografia é também irregular, predomina também a grande propriedade e é no interior destas que se dão tanto as atividades de pecuária, das lavouras comerciais como a produção de subsistência.

"Os usineiros, fornecedores de cana (arrendatários ou proprietários de terra), pecuaristas, plantadores de outras lavouras comerciais e também os poucos "senhores" de engenho" que ainda transformam a cana independentemente da usina, formam os grupos sociais que os trabalhadores designam, genericamente, como patrões".

Do outro lado, estão os trabalhadores rurais que

vivem no interior das propriedades, nos arruados e distritos do município (Canafístula, Zumbi e Vila São João), estes distinguem-se, também, pelo acesso ou não à terra para o trabalho familiar, pelas formas de acesso a terra e por diferentes maneiras de realizar o trabalho assalariado.

~ Categorias como moradores, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados e suas várias formas de relação e luta com os proprietários de terra e, as transformações que vêm ocorrendo nesses últimos 20 anos na zona canavieira da Paraíba, vão ser esteios das lutas das organizações sindicais e/ou das lutas que ocorrem a margem destas a nível da "região" e do município.

As principais finalidades nossas com a explanação destes dados sobre a "região do Brejo" e do município de Alagoa Grande foram, primeiro, situar de forma rápida o local que vai servir de "palco" das histórias de luta dos sindicatos e dos trabalhadores rurais que não participaram deste durante os últimos 20 anos e, segundo, compreender o processo de lutas entre trabalhadores e proprietários rurais do município, na sua dinâmica, ou seja, dentro das transformações que ocorrem tanto a nível de estrutura fundiária (concentração da terra nas "mãos dos grandes proprietários") como de relações de trabalho, já que muitos dos assalariados atuais são ex-moradores, arrendatários e pequenos proprietários que perderam suas terras ou o acesso precário que tinham a estas e sobrevivem, hoje, basicamente da venda de sua força de trabalho.

2 - O SINDICATO: Considerações Iniciais.

"... O Sindicato de Alagoa Grande surgiu muito da questão da Igreja. A Igreja criou muito mais com medo das Ligas, das Ligas Camponesas ... lá na visão do padre Geraldo Pinto ele criou o Sindicato para livrar das Ligas Camponesas, vi muito Margarida dizer isso ... acho que o maior surgimento dos sindicatos na época foi pra isso mesmo, pra se defender das Ligas que era o bicho papão..." 2/

A compreensão exposta acima sobre a origem do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande pode ser estendida a outros sindicatos rurais que foram fundados na Zona da Mata no início da década de 1960 e apreende, em parte, um momento bastante "conturbado" da luta de classes no Brasil. Momento em que esta se explicita de forma bastante contundente para todos os segmentos sociais que vão estar envolvidos direta ou indiretamente com as lutas na zona rural nordestina, nas décadas de 1950 e 1960.

A compreensão acima, que é de um dirigente sindical, passou a ter um significado muito importante para nós, principalmente a partir do momento em que nos aproximamos do "mundo rural", mundo que nas palavras de um trabalhador rural é "incompreensivo ... pra entender ele (vida no campo) é preciso ser uma pessoa muito pacífica (paciente), mo- de entender tudo ... isso porque é de várias formas...".

É como se a proximidade das lutas dos trabalhadores rurais tivesse a capacidade irresistível de mostrar pa-

ra todos o lamento de um povo que com um "silêncio" aparente, grita para a sociedade, da qual é parte, que existe, que pensa, luta, morre na luta e faz também uma certa história, uma história de lutas. Ao mesmo tempo, esta história de lutas questiona, tenta romper, "saculejar e achincalhar" com as pessoas ou grupos que por preconceitos e dogmas querem negar uma luta que se dá a todo instante e que é também contra todo tipo de opressão e dominação e por "uma certa libertação". "Libertação" que parece não ser aquela que muitos "estranhos" ao mundo rural querem, mas sim, uma "libertação" que os trabalhadores constroem a sua maneira e que é para os que "vem de fora" realmente incompreensível. É a "libertação", de séculos de sujeição, que muitos não viveram.

É dentro da compreensão exposta acima que pretendemos resgatar parte da história dos trabalhadores rurais da Paraíba (Alagoa Grande) e mesmo considerando que esta história não tem o começo que o trabalho mostra (esse é um de seus limites), as nossas condições reais não conseguem ultrapassar esses limites, fazendo com que excluamos a maior parte da trajetória dessas lutas, que é muito anterior a década de 1960. Porém, para nós está claro, pretendemos mostrar apenas uma parte muito pequena da história de lutas dos trabalhadores rurais.

O alvorecer da década de 1960 na zona rural da Paraíba, como também em grande parte do Nordeste e de outras regiões do Brasil, traz consigo alguns fenômenos que "chamam para si" os olhares da sociedade brasileira. São os con

frontos abertos e organizados entre camponeses ^{3/} e trabalhadores rurais contra a dominação secular dos proprietários de terra.

Que choque não sofremos quando o "impossível" mostra-se diante dos nossos olhos? O campesinato brasileiro que para muitos era "um ator passivo e dominado" da nossa história, que precisaria um dia das "luzes revolucionárias" do proletariado urbano para sua libertação, passa a explicitar, organizadamente, desde a década de 1950, só para se referir ao tempo mais próximo, o seu potencial de luta contra a dominação e exploração num momento em que a agricultura brasileira está passando por um processo de transformações a nível econômico e de relações de trabalho. ^{4/} O campesinato passa a forjar, dentro dos limites que uma sociedade de classes comporta, suas próprias organizações, formas e espaços de luta.

Quem conhece a história dos movimentos sociais no Brasil e não ouviu falar das Ligas Camponesas? ^{5/} As Ligas Camponesas vão ser durante parte desse momento histórico da sociedade brasileira, os canais mais genuinamente criados pelos camponeses para travarem seus embates coletivos e organizados contra seus opressores secular (grandes proprietários) e contra os mais diversos grupos que se opõem ao "projeto político" que o campesinato está construindo.

Surgindo das entranhas das contradições que existem na zona rural brasileira as Ligas, não homogeneamente, vão trazer no seu gestar-se uma boa parcela de camponeses que estavam sendo expulsos da terra.

Para muitos estudiosos que escreveram a história das Ligas (sempre tendo como referência as Ligas que tiveram uma maior força nas lutas contra os proprietários, etc.: a nível de Paraíba, as Ligas de Sapé e Mari e em Pernambuco, a de Galiléia) o "fenômeno" é compreendido como estando ligado de forma subordinada às transformações econômicas por que passava o capitalismo no campo, ou seja, as Ligas surgiram como uma decorrência da "expansão do capitalismo no campo" que teria provocado a expulsão em massa de moradores, arrendatários, foreiros, parceiros, etc., da terra, e a reação organizada, em determinado nível, destes trabalhadores. Consideramos que esta compreensão apreende apenas parte da "verdade".

Por isto é que queremos questionar o caráter "absoluto" com que esta "verdade" normalmente aparece nos escritos e compreensões de intelectuais e organizações de esquerda, mesmo considerando que as transformações econômicas por que passava parte do campo brasileiro na época tem grande importância no desabrochar das lutas (no período).

No entanto, compreendemos que transformações, numa sociedade de classes, só se dão dentro de confrontos entre as várias classes antagônicas e no próprio interior destas e, quando acontecem, não se limitam ao universo eminentemente econômico e imediato, mas diz respeito a todo o universo cultural das várias classes e grupos envolvidos nos confrontos. Por isso, mesmo sabendo da importância que as questões econômicas têm na explicação de determinados fenômenos sociais, consideramos que por si só, elas não expli -

cam nem abarcam todas as possibilidades das questões sociais. 6/

O surgimento das Ligas Camponesas na década de 1950, na Paraíba (a Liga de Sapé foi reconhecida formalmente em 1958) mostra como numa sociedade de classes uma aparentemente "inofensiva" entidade dos trabalhadores rurais, vista inclusive por muitos como tendo um caráter assistencial, no seu início, pode ser transformada, de acordo com os rumos que possam tomar os confrontos entre as diferentes classes sociais, num eficiente instrumento de luta e reivindicação dos trabalhadores rurais. Mostra também como os enfrentamentos cotidianos entre proprietários de terra e camponeses são momentos de interiorização, em cada indivíduo, da luta de classes, que está presente em todos os momentos da vida dos "dominados" e dos "dominantes", pois não existe um sem o outro e a sociedade de classes leva ambos a estarem em constantes conflitos, explícitos ou não, formais ou informais. 7/

Partindo no seu início de reivindicações mais imediatas e importantes para o homem do campo, as Ligas vão forjar em pouco tempo, um movimento que desemboca em confrontos diretos e organizados contra os grandes proprietários de terra, com o Estado e também com a Igreja e o PCB. 8/ Parcelas de trabalhadores rurais que não aderiram ao "projeto político" das Ligas vão também se contrapor ao "radicalismo" destas.

Como um dos principais protagonistas das lutas

sociais no campo, nas décadas de 50 e 60, a Igreja Católica vai tentar com toda a força espiritual e material que tem na sociedade, esvaziar as Ligas Camponesas e disputar com estas e o PCB a direção dos movimentos camponeses. A criação de sindicatos vai ser o meio encontrado pela Igreja para canalizar o potencial de luta de parcelas dos trabalhadores rurais que não faziam parte das Ligas, na tentativa de esvaziar a capacidade de mobilização e luta destas e de organizações que estivessem vinculadas ao PCB, como era o caso de vários sindicatos rurais e Ligas Camponesas. Esta posição da hierarquia da Igreja Católica se mostrou bastante forte entre os trabalhadores que participaram da criação de vários sindicatos rurais, estimulados diretamente pela Igreja com o apoio do Estado e muitas vezes dos próprios proprietários de terra.

No entanto, a posição da Igreja não pode ser compreendida de forma tão simples, ou seja, o papel que ela assumiu durante esse período da história brasileira, reflete, em muito, as próprias contradições da sociedade na qual está inserida. Se, por um lado, a alta hierarquia da Igreja orientava a participação de padres e leigos (através de órgãos criados por esta) numa perspectiva claramente conservadora e com a finalidade de desmobilizar ou dar rumos mais "legais e pacíficos" as lutas sociais no campo, por outro lado, parcelas dos grupos vinculados a atuação da Igreja, principalmente os que estavam mais próximos à realidade dos trabalhadores rurais e que sentiam mais de perto suas condições de vida e seus anseios de luta por melhores dias, assumirão posições que se chocam diretamente com as orienta

ções dadas pela alta hierarquia, o que vai levar vários órgãos vinculados a Igreja, a nível de Nordeste, a assumirem posições contrárias às orientações mais conservadoras dentro da Igreja.

Os reflexos dessa posição aparentemente "ambígua", que deve ser compreendida como uma contingência das contradições em uma sociedade de classes, vão se fazer presentes nos sindicatos de trabalhadores rurais que são criados pela Igreja. A grande maioria dos sindicatos criados na época vai funcionar simplesmente como órgão de assistência e/ou de combate as Ligas. Papel que os sindicatos continuarão desempenhando no pós-64, principalmente a nível de assistência, muito embora não deixem de combater "as idéias que não morrem", "encravadas" pelas Ligas nas cabeças dos que viveram na época, fossem contrários ou a favor destas.

Parcelas de sindicatos rurais vinculados a órgãos da Igreja (CEPLAC, MEB, etc) vão, dentro de certos limites, assumir posições que permeiam desde a luta por extensão dos benefícios previdenciários ao trabalhador rural à luta pela reforma agrária. Esses sindicatos e outros, mesmo alguns ligados a hierarquia conservadora da Igreja, serão levados pelos próprios trabalhadores a tomarem posições de confronto com os proprietários e com o Estado, só que numa ótica e lógica diferentes da assumida pela maioria das Ligas Camponesas.

A posição assumida por parcelas dos trabalhadores rurais estimulados pela Igreja, PCB, etc, reflete muito uma leitura e compreensão diferente daquela feita pelas Li-

gas no encaminhar a luta pela terra no campo. Para ^{ADVELAS} estas parcelas de trabalhadores era o conseguir as reformas e mudanças na estrutura fundiária e nas relações de poder no campo, dentro de uma "certa legalidade" e "segurança". Para eles o confronto radical, como propunham as Ligas, poderia "não levar a lugar nenhum" ou quando muito a um acirramento das lutas e aumento da repressão por parte dos proprietários de terra, com o apoio do Estado.

Em síntese, o papel que instituições e organizações como a Igreja, o Estado, o PCB, etc., vão assumir nos conflitos sociais no campo, nas décadas de 50 e 60, refletem muito as próprias contradições da sociedade brasileira na época e vão marcar profundamente a atuação dos sindicatos e as lutas dos trabalhadores rurais no pós-64, deixando suas marcas até hoje, no meio rural.

É dentro das lutas entre estes vários "grupos" e das suas contradições que surgem os sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba e é nessa perspectiva que queremos compreender o processo.

3 - AS HISTÓRIAS DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE: "Os que viveram e sentiram e os que viveram e não viram".

3.1 - Os que viveram e sentiram...

Nas palavras e na compreensão dos que fizeram e viveram o período (início da década de 1960) o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande re -

flete muito as lutas sociais no campo e suas contradições:

CASSIMIRO, primeiro Presidente do Sindicato de Alagoa Grande.

"(...) Bem, aqui em Alagoa Grande no ano de 1962, já antes do meio do ano, eu recebi na minha casa um convite pelo Pe. Geraldo Pinto e Dona Meridina Montenegro, já falecida, e quem foi levar o recado foi Dona Maria das Vitórias que ela era uma agente da Caixa Rural aqui em Alagoa Grande ...

Naquela época não se falava aqui em Sindicato de Trabalhadores Rurais, mas que já existia instalado aqui em Alagoa Grande, uma associação, que deu-se o nome de Ligas Camponesas, e esta associação já ia muito avante e o seu cujo objetivo era realmente todos 'esses direitos que nós estamos exigindo hoje.

Naquele tempo a Igreja era junta com os patrões, acharam por bem fundar um sindicato' de trabalhadores rurais às pressas ...".^{9/}

MARGARIDA ALVES, terceiro Presidente do Sindicato de Alagoa Grande.

"Eu me lembro que em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas Ligas 'Camponesas. Já se via as Ligas falando destas coisas de jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez horas, onze, doze horas. Nisto nasceu as Ligas Camponesas. Porque a gente sabia que as Ligas estavam 'falando a verdade. Mas, o padre naquela época não dava apoio as Ligas Camponesas. Eu quase que ficava com as Ligas Camponesas. 'Mas como eu era muito religiosa, eu gostava muito da Igreja naquela época, ai não fiquei

com as Ligas. Mas sempre achando que as Ligas tinha razão. Então a Igreja naquela época não apoiou as Ligas - como eu já disse - ai tratou de fundar os sindicatos. Dizendo - o que na verdade era isso mesmo - que os sindicatos era desejo do Papa João XXIII. Ai a gente ficou ... O padre chamou Cassemiro - que ainda não era casado comigo - convidou Cassemiro para ser Presidente. Ai teve proprietário que disse: "Pa - dre, o senhor vai fundar sindicato?" Ai ' ele disse: "E vai deixar as Ligas tomar conta?" Ai fundaram sindicato. Ai foi o tempo e la vai, la vai. E as Ligas sempre ganhando terreno, né, ganhando trabalha - dor. Ganhando mesmo, porque a pregação de la era em cima da verdade, queriam terra ' pro trabalhador!". 10/

ÁLVARO DINIZ, segundo Presidente do Sindicato de Alagoa Grande.

"Eu tenho como começo de minha vida sindical 1965 para cá; foi quando me associei ' ao sindicato de Alagoa Grande. Porém, como observador, antes mesmo de 1965; de 1960 até 64, falava-se muito nas Ligas Campone - sas e lá, na cidade onde eu morava, Alagoa Grande, tinha o sindicato das Ligas Campone - sas; em 1962 foi criado o sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, que se dava o nome também de sindicato dos pa - dres; era o padre Geraldo Pinto que fale - ceu anos depois na cidade de Guarabira, disputando a Prefeitura de Guarabira. O padre Geraldo Pinto, junto com os senhores de engenho Francisco Lino Cavalcante de Miranda e outros, fundaram o Sindicato dos Traba - lhadores Rurais de Alagoa Grande; isso de-

pois veio se saber que eles fundaram o sindicato temendo as Ligas Camponesas. Ai ficou funcionando dois sindicatos: o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, também conhecido como sindicato dos padres e o sindicato das Ligas Camponesas, conhecido também como sindicato de Manoel Santino, que era o Presidente das Ligas Camponesas. E quando eu fui procurar me associar no sindicato mesmo a mando de meu patrão (...) lá o Cassemiro arranjou os estatutos sociais do sindicato (do padre) imediatamente, me emprestou, eu lí e com oito dias depois eu voltei pra me associar porque eu achei que aquele era o caminho mais certo; não era o das Ligas Camponesas que, na época, pregava muita besteira, simplesmente bobagem". 11/

As compreensões acima expostas 12/ não deixam dúvida sobre as origens e a finalidade com que foi fundado o sindicato de Alagoa Grande, ou seja, que foi criado por membros da Igreja apoiado por proprietários de terra com a finalidade de se contraporem as Ligas Camponesas, que estavam em pleno crescimento nos municípios da zona canavieira da Paraíba.

Os vários "grupos" envolvidos na luta e as contradições sociais no campo faz com que as pessoas que viveram no período compreendam as Ligas Camponesas e os sindicatos criados para combaterem estas, sob as mais variadas óticas. Não só os agentes vinculados a instituições como a Igreja, o Estado, etc., como os próprios trabalhadores ru-

rais, dependendo de suas ligações e proximidades com uma ou mais instituições envolvidas nas lutas e de acordo com suas experiências, se posicionavam a favor ou contrários as Ligas e quando não simplesmente se "abstinham" dos confrontos.

A criação do sindicato de Alagoa Grande, em 09 de setembro de 1962, por pessoas ligadas a Igreja, ao Estado e as famílias dos grandes proprietários de terra, mostra a polarização das lutas no município entre as Ligas e os proprietários de terra.

O primeiro Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, Cassemiro, foi convidado pelo pároco do município para fazer parte da direção do sindicato e a sua religiosidade e ligação com a Igreja parece ter sido um fator importante, tanto na escolha como na aceitação do cargo. Aliás a influência que a Igreja exerceu sobre o engajamento de trabalhadores rurais nas Ligas ou nos sindicatos é facilmente perceptível:

"Em 62 eu fiz minha carteirinha, mas não participava porque na época tinha o problema das Ligas ... eu escolhi o sindicato porque a gente faz parte da religião católica, então, se a Igreja e o padre faz sempre as orientações pra gente fazer parte dos sindicatos, então eu me associei. Pagava o sindicato mas não sabia bem o que era, vinha uma pessoa e dizia, 'sindicato não vale nada', ai eu deixava de pagar. Vinha outra e dizia, 'sindicato é bom', ai eu botava em dia. Só comecei mesmo sabendo o que era mesmo o sindi

cato a partir de 76, até ai vinha pagando sem saber pra que, só ia pela cabeça dos outros e assim tinha muitos". 13/

Pela influência que tem no meio rural a Igreja conseguiu atrair muitos trabalhadores para o seu "projeto" e terminou por fazer destes, porta vozes de suas idéias anti-Ligas e de sua visão assistencialista e pacifista. Ao mesmo tempo (que) estimulava a compreensão de que o sindicato não era um instrumento de luta e confronto entre proprietários e trabalhadores, mas sim um "espaço" de harmonia entre ambos.

A relação entre o sindicato e a Liga no município de Alagoa Grande se dava de forma bastante "discreta" e apesar do Presidente da Liga no município tentar uma aproximação para "juntar as forças" com o sindicato, Cassemiro não aceitava esta aproximação, isto porque, fazendo parte de uma entidade que havia sido criada para combater as Ligas era sua "responsabilidade e missão" não se unir com os "adversários". Era o que rezava as leis dos "grupos" contrários as Ligas e como estes dominavam política e economicamente o município era difícil contradizer sua lógica. Cassemiro, como tantos outros trabalhadores e presidentes de sindicatos da "região" absorveu parte do discurso dos grupos dominantes locais e também via as Ligas como o "bicho papão da época".

Nos seus primeiros momentos de existência o sindicato de Alagoa Grande, que tinha que se mostrar como uma alternativa real às Ligas, vai reivindicar assistência médico

-odontológica, assistência jurídica, aposentadoria, doação de remédios, etc. Em cerca de três anos, com o apoio da Igreja, do Estado e dos proprietários de terra que estimulavam seus trabalhadores a se filiarem ao sindicato, este conseguiu ter um quadro com cerca de 900 (novecentos) sócios.

Mesmo se envolvendo, principalmente, com atividades de assistência é importante observar a compreensão do primeiro Presidente sobre o sindicato, que mostra o quanto é ambígua a posição que é levado a assumir com sua escolha para o cargo, por conta de sua proximidade com a Igreja. Segundo Cassemiro, em um depoimento, "não tinha noção do objetivo do sindicato, mas achava que era pra defender o trabalhador rural".

Esta compreensão de Cassemiro (que chegou a participar de cursos de formação sobre as funções do sindicato, promovidos pela Igreja), sua ambiguidade e as atividades que o sindicato devia desempenhar no município tinha como contrapartida a necessidade de uma maior aproximação entre a direção do sindicato e os trabalhadores da base, já que estes deviam ser "desviados" das Ligas. A aproximação que se deu através da visita do Presidente aos sítios, fazendas e engenhos parece ter questionado, em alguns pontos, a visão que a Igreja tentava passar de sindicato. Por isso, "depois de várias reuniões de Cassemiro nos sítios e fazendas do município o padre Geraldo começou a ficar desconfiado com o trabalho que estava sendo feito e terminou por se afastar do sindicato".

As contradições que permeavam o sindicato, criado

com claras intenções de harmonizar grupos antagônicos, numa "região" onde as lutas eram bastante acirradas por conta da atuação das Ligas, se mostraram também com a deflagração do "golpe militar de 64":

"(...) Aí o resultado: veio a Revolução de 64. Foi um pega fogo, foi nego preso, morto e perseguido. Até Cassemiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato dos padres. Acho ' que porque Cassemiro sempre puxava pro pequeno e porque o Presidente das Ligas sempre ia lá. O Presidente da Liga queria sempre juntar, misturar Ligas e sindicato. Mas' deixa que Cassemiro não queria. Mas mesmo assim ainda foi chamado pelo 15 RI, não chegou a ficar preso, não, mas foi muito ameaçado". 14/

A outra face das contradições era a não perseguição aos trabalhadores ligados ao sindicato:

"O sindicato lutava pela Previdência Social (o que diferencia também das Ligas) e neste sentido houve algumas vitórias: conseguiu-se gabinete médico e outros benefícios. As Ligas lutavam em específico pela Reforma Agrária e não tinha tempo de 'vencer'. Muitos trabalhadores tinham duas carteiras, uma do sindicato e outra das Ligas. Estas (carteiras) mais tarde tiveram importância quando foram presos os líderes em 1964, quem possuía a carteira do sindicato foi logo solto". 15/

No pós-64 as Ligas Camponesas são perseguidas até sua extinção (formal), mas o campo nordestino já não era o mesmo e os sonhos de uns e as desgraças de outros deixa -

ram suas marcas, seja do sangue daqueles que foram mortos e torturados, seja nas "idéias" dos que sobreviveram. As Ligas deixaram suas marcas e estas não estavam isentas das contradições da época:

X ~ "Aqui depois da Revolução teve muita perseguição. Mas eu acho que o trabalhador deve muito às Ligas Camponesas. Então, é isso ai, meninos, a Liga ajudou muito, mas também atrapalhou. O medo ficou. Ela deixou uma semente muito boa, mas também deixou uma semente má. Mas realmente, é isso, né? Ninguém faz tudo. Porque ela não foi vitoriosa e deixou a semente do medo. O trabalhador rural tem medo ainda de passar por aquelas fases que já passou. Gente que foi no couro, gente que foi morta, gente que foi preso, gente que ficou atacado da cabeça".

Mas por outro lado,

"As Ligas, eu tive uma danada, porque eu gostava das Ligas. Você sabe que onde as Ligas se movimentaram, o povo tem mais coragem. Em Pernambuco vê que os trabalhadores de Pernambuco, os sindicatos, eles são mais corajosos ...". 16/

O Golpe de 64 teria profundas consequências no meio rural nordestino. Por um lado, as organizações coletivas que funcionavam como canais de expressão e luta de grandes parcelas de trabalhadores rurais são extintas (Ligas Camponesas), ou sofrem intervenção dos governos autoritários (sindicatos), tendo vários de seus líderes sido presos, perseguidos, torturados e/ou mortos; por outro, parce-

las dos trabalhadores que lutavam por transformações na estrutura fundiária do país viam seus sonhos se esvair sob o jugo dos governos autoritários. Governos que fizeram calar muitas bocas, mas que não conseguiram parar a história e que também terminaram por estimular transformações conservadoras no campo, transformações que não comportavam os anseios dos trabalhadores rurais.

Com os canais coletivos de lutas extintos ou controlados autoritariamente, parcelas dos trabalhadores rurais vão se afastar dos "espaços" legais criados para suas lutas ou para controlá-las e passarão a se expressar, individual ou coletivamente, em outros "espaços" e de outras formas.

Porém, o sindicato de Alagoa Grande que tinha apenas gestado a possibilidade de uma tímida reação à dominação dos proprietários de terra, aprofundou no pós-64 seu caráter de harmonizador entre os grupos sociais antagônicos, seu caráter assistencialista e de "amaciador" dos conflitos trabalhistas e pela terra. Segundo Margarida Alves:

"Dai por diante o sindicato, acho, que se preocupou muito com a assistência médica, dentista, FUNRURAL, etc ...". 17/

Em 1964, Cassemiro é reeleito para a Presidência do Sindicato e fica no cargo até o ano seguinte quando, por motivo de doença tem que se afastar de suas atividades sindicais. Na época, o substituiu o secretário Antônio do Nascimento que, no entanto, ficou apenas um rápido período como Presidente porque Margarida, que já era sócia e partici-

pava do sindicato desde 1962, articulou a demissão da diretoria e conseguiu que fosse convocada nova eleição. Os resultados dessa eleição, realizada em 1965, levaram Álvaro Diniz à Presidência do Sindicato. Álvaro Diniz era sócio do sindicato desde 1963 e havia participado do Conselho Fiscal na gestão de Cassemiro.

Entre 1965 e 1973, Álvaro Diniz esteve a frente do sindicato de Alagoa Grande, tendo ficado no cargo durante dois mandatos e meio. Em 1973, deixou a Presidência do sindicato para fazer parte da direção da FETAG. Segundo um relatório de avaliação da história do sindicato de Alagoa Grande:

"Nos mandatos de Álvaro Diniz (1965 a 1973) amplia-se o assistencialismo, inclusive, em função da prática assistencial do Regime Militar que cria a Previdência rural. É conseguido um médico e um dentista para o sindicato, através do FUNRURAL e é conseguido um advogado.

Nesse período são feitos muitos acordos, mediados pelo sindicato, entre trabalhadores e patrões e poucas ações são encaminhadas a justiça.

Foi criada, em 1969, a primeira delegacia sindical do município, em Canafístula (distrito)". 18/

O aprofundamento do assistencialismo do sindicato no pós-64 aponta para a necessidade de se compreender as condições em que isto se dá. O sindicato de Alagoa Grande, como vimos, desde sua fundação que não se mostra como uma referência de lutas para os trabalhadores rurais. Com o gol

pe, qualquer possibilidade, mesmo que remota, do sindicato' romper com seu caráter autoritário e assistencialista, vai por água abaixo. A partir daí, mesmo com a intensificação' da expulsão da terra de uma grande quantidade de moradores, fecha-se qualquer possibilidade de rompimento com o caráter assistencialista do sindicato.

Por outro lado, não se pode negar que a assistên-
cia previdenciária era uma reivindicação dos próprios traba-
lhadores rurais no início da década de 1960. Com isso, ten-
do no pós-64 todos os seus canais de reivindicação e lutas
extintos, ou controlados, e vivendo períodos de extrema po-
breza e repressão, sem poder reagir^{em} organizados contra es-
tas práticas autoritárias, os trabalhadores rurais passam
a utilizar o sindicato naquilo que ele ainda pode lhes ofe-
recer, e que foi, em parte, conquistado por suas próprias
lutas: a assistência médico-odontológica. Sendo que, os go-
vernos autoritários vão também aproveitar o momento para co-
locar dentro dos sindicatos várias atividades de Previdên-
cia, fechando, com isso, a possibilidade de alguns sindica-
tos virem a se tornar uma referência de luta, caráter que
muitos ^{sindicatos} nunca haviam tido.

Este período de rígido controle por que passa o
sindicato de Alagoa Grande, como se deu em todo o país, con-
tribuiu para que sua direção se voltasse totalmente para as
atividades assistenciais, que são as possíveis.

Num primeiro momento, constata-se que o sindicato'
de Alagoa Grande é criado obedecendo certos limites, ou se-
ja, o controle dos grupos dominantes locais, e com uma pers

pectiva assistencialista. O que faz com que mesmo deixando' em aberto a possibilidade de negação desse seu caráter, siga alimentando-o. O rompimento dessa "camisa de força" vai exigir toda uma mudança na correlação de forças a nível local, estadual e/ou nacional entre trabalhadores e grupos do minantes. No pós-64 isto se torna praticamente impossível o que faz com que muitas direções sindicais simplesmente se "adaptem" a este estado de coisas, que muitas vezes traz benefícios para a diretoria, ou então, se já estava preparado para isso desde o período anterior a 64, apenas vão reforçar mais as práticas assistencialistas que são, as possíveis e permitidas.

Esta compreensão aponta para a necessidade de se perceber mais de perto as condições em que surgem e são "alimentados" os sindicalistas vistos como "pelegos". É o que vai perceber Margarida Alves que desde 1963 participava das atividades do sindicato e que questiona, mas percebe, "porque vive", os limites de atuação de uma direção sindical numa entidade controlada autoritariamente pelo Estado e proprietários de terra:

"Agora nos nossos sindicatos há, eu não quero dizer pelego, mas eu nem sei como dizer, sabe? Existe certos companheiros, Presidente de sindicato, que não quer nada com a coisa. A gente sente isso. Mas não pode acusar porque a gente nem sabe porque eles é assim, né? Se é falta de uma orientação, se é falta de ... porque talvez ele tenha entrado pro sindicato assim sem nem saber o que era, foi assim empurrado, né? Ai não sabe realmente defender o trabalhador. Pelo

menos em 74, quando eu assumi eu achei muita coisa errada (e que hoje continua errada muita coisa!). 19/

Como deixa claro a compreensão de Margarida Alves o "fenômeno" 'pelego' além de ser questionado tem que ser compreendido dentro do período histórico em que surge ou é reforçado. Afinal de contas a própria Margarida (e aí a importância de sua compreensão) participou diretamente dos rumos que as atividades do sindicato de Alagoa Grande tomaram no pós-64.

Em 1973, Álvaro Diniz que cumpria o terceiro mandato como Presidente, deixa o sindicato de Alagoa Grande para fazer parte da direção da FETAG, assumindo o secretário' Manoel Pacífico. Neste mesmo ano Margarida é eleita Presidente, sendo reeleita para os três mandatos seguintes. De forma rápida esta é a trajetória nas palavras de Margarida:

"Em 1967 eu fiquei como tesoureira, em 1972 como secretária. Em 1973 veio a eleição. Surgiram candidaturas: a do antigo Presidente (...) - candidato nato, como se diz - e aí uma turma pediu para eu me candidatar. Aí eu fui eleita com 251 votos, com maioria absoluta. Depois a gente passou aqui fizemos certos melhoramentos, fomos reconhecidos. Aí eu continuei e derrotamos' a outra chapa, com 640 votos. Aí houve outra eleição, que é de 3 em 3 anos, aí não apareceu outra. E eu tô por aqui me arrastando, já. Já estou com vontade de entregar a bola". 20/

Com a eleição de Margarida em 1973 e sua reeleição para os 3 mandatos seguintes o sindicato vai "continuar" suas atividades. Essa "continuação" é marcada por muitas "nuances", contradições e limites que o trabalhador rural enfrenta nas suas lutas pela sobrevivência e contra a dominação. O sindicato com Margarida na sua direção "reproduz" uma subordinação que aponta para um rompimento, ou seja, explora dentro do próprio universo da dominação as possibilidades de sua negação, sem necessariamente entrar, desde o início, em confrontos abertos com os grupos dominantes locais. Estes confrontos só serão possíveis quando as forças acumuladas interna e externamente se mostrarem como capazes de responder a compreensão de "segurança" e poder dos trabalhadores para se contraporem aos proprietários de terra. Quando a correlação de forças pensada pelos próprios trabalhadores permitir o confronto aberto, e mesmo assim não sem algumas contradições ou ambiguidades, como por exemplo manter uma certa aproximação dos proprietários para barganhar alguns benefícios.

Vejamos como a atual direção do sindicato em uma avaliação sobre o "período Margarida" apreende o processo, em quatro níveis:

Sobre a assistência:

"É conseguido mais um médico e um dentista e adquiri-se uma ambulância, onde metade do seu valor é financiado pelo Ministério do Trabalho, através do Deputado Edme Tavares e a outra metade é financiada pelo sindicato; amplia-se a assistência do FUNRU -

RAL (aposentadoria, assistência médica, doação de remédios); a assembléia do sindicato liberou um motorista para ficar a disposição do sindicato e aumentou a pressão junto ao Governo para aumentar a assistência aos trabalhadores".

Sobre as lutas:

"Ampliou-se o número de ações na justiça, segundo Cassemiro, só havia negociação quando os trabalhadores queriam, mas ela (Margarida) se sentia constrangida. As bandeiras de luta principais defendidas pelo sindicato, eram: 8 horas, carteira assinada, 13% salário, 2 hectares, salário mínimo e Reforma Agrária. Quando Margarida foi assassinada havia 72 ações na justiça e mais de 100 ofícios emitidos em 1983".

A organização do sindicato:

"As áreas onde o sindicato tinha mais influência eram as de pequenos produtores (Caiana dos Mares, Zumbi, Caiana dos Crioulos, Canafístula, Serra do Baldo, sítio Tanques, além de algumas fazendas de cana). Apesar de ter um discurso mais voltado para os canavieiros (direitos trabalhistas) e sem terras (Reforma Agrária), era nas áreas de pequenos proprietários que o sindicato estava mais firme (talvez por causa do assistencialismo). Havia uma grande preocupação de Margarida de iniciar um trabalho com os canavieiros das fazendas, da usina e das pontas de rua. Tal trabalho só foi iniciado com as Semanas Sindicais e as Campanhas trabalhistas, depois de 1980.

Fundou-se as delegacias sindicais de Zumbi, Juarez Távora e Caiana dos Mares. Nas assembléias mensais frequentavam de 200 a 300 trabalhadores. Nelas divulgava-se as reivindicações e anunciava-se as promessas do governo".

~ Sobre o sindicato e a política partidária:

"Apesar de se educar a favor dos trabalhadores pelas conquistas de seus direitos, negados pelos patrões, Margarida entendia que aliando-se à ARENA e depois ao PDS teria duas vantagens: poderia conseguir mais para o sindicato e teria mais condições de usar os seus palanques para pregar os direitos dos trabalhadores, sem ser perseguida por eles (proprietários e políticos locais).

Desde 1976 que há divergência entre Margarida e João Bosco Carneiro, que foi Prefeito de 68 a 72 e de 74 a 82 (?), indicando o seu sucessor. Bosco era e ainda é adversário político do Grupo da Várzea e passou para o PMDB em 1982.

Atualmente a avaliação que se faz dessa tática de Margarida é a de que ela foi negativa para o sindicato. A maioria dos trabalhadores das áreas onde o sindicato tinha influência eram eleitores de Bosco. E principalmente depois das eleições de 1982, quando Margarida subiu nos palanques do PDS, muitos trabalhadores se afastaram do sindicato". 21/

Este relatório, 22/ que é uma avaliação da história do sindicato de Alagoa Grande reflete uma compreensão coletiva de pessoas que viveram e vivem a história do sindi

cato e é também dentro desta reflexão coletiva que se pode apreender a trajetória de Margarida Alves, como liderança sindical. Ao mesmo tempo, dá subsídios para se compreender o processo de construção do sindicato.

A partir de 1973, o sindicato de Alagoa Grande vai ser fortemente marcado pela liderança de Margarida e na visão de muitos trabalhadores a líder e o sindicato tem "uma história só".

Por volta de meados da década de 1970, momento em que se aceleram as transformações econômicas na zona canavieira e os trabalhadores que tinham acesso a terra como moradores, arrendatários, foreiros, pequenos proprietários, etc., passam a ser expulsos e a morarem nas "pontas de rua", germinam as possibilidades de uma reação mais sistemática, porém incipiente, por parte dos trabalhadores à dominação dos proprietários. Nas palavras de Margarida apreende-se o processo de expulsão dos trabalhadores da terra e suas consequências:

"Aqui é um município de cana, agora não é só cana, não, sabe? Porque a gente tem a zona da caatinga que planta algodão. Temos a usina que é cana. Ali já é abacaxi. O milho e o feijão já é na caatinga. Assim por diante. Além do problema da cana, o problema aqui é o foro. Foro alto. É uma dificuldade. E o outro problema é a terra, terra que já não existe pro trabalhador. Quer dizer, porque o povo trabalhador, depois de 64, passou quase todo pra rua. Porque quando veio a Revolução ai os

proprietários - eu sempre gosto de dizer is so nas pregações que eu falo - ai os apro - veitadores da revolução botou o povo todo ' pra rua. Eu mesma fui despejada. No caso do meu proprietário - hoje ele é meu amigo, tudo bem, não tenho nada contra ele. Nem contra ninguém, mas ele também botou a gente pra fora. E ele dizia que eu era comunis - ta, né? Por isso não queria a gente lá na terra, né? Ai eu saí. Saiu muita gente, foi um despejo mesmo, era à vontade. Gente sain - do do meio rural pra vir morar na cidade. En tão, depois de 64 o povo podia ainda botar roçado, mesmo morando na rua. Mas, agora , vem o problema: estão diminuindo o roçado , querem só plantar cana e capim, estão aca - bando com a terra ... Tá diminuindo cada vez mais. Ai o povo vai pro Sul, vai para o Rio, vai para São Paulo, pra Brasília Lá quebra a cara. (...) Encontra o desempre go...". 23/

Como canalizar as reivindicações de parcelas dos trabalhadores junto ao sindicato para resolver os conflitos e a expulsão da terra e as questões trabalhistas para os assalariados? As possibilidades são várias, mas muitas estão proibidas ou sob rígido controle. A saída é a possível: a cumular forças.

O sindicato, nas primeiras gestões de Margarida ' vai continuar, senão aumentar, como mostra o relatório, o caráter assistencialista que tinha desde sua fundação. Só que, é dentro desse reforçar a assistência que se consegue' abrir novos "espaços" de atuação, que são mais difíceis de serem reprimidos, pois aos "olhos" do Estado autoritário, o

sindicato continuava com seu caráter "natural", dando cada vez mais assistência. Mas ao mesmo tempo que aos "olhos" do Estado, dos proprietários de terra e de parcelas dos trabalhadores rurais o lado da assistência era alimentado, deixava-se em aberto a possibilidade de com trabalhadores "dentro do sindicato" associar às atividades assistenciais, questões trabalhistas, reivindicações dos assalariados e a luta pela terra.

Paralelo as atividades assistenciais e algumas reivindicações trabalhistas (8 horas, carteira assinada, etc.), os dirigentes sindicais "compreendendo" os limites do sindicato para se confrontar diretamente com os grandes proprietários e chefes políticos locais, tentam modificar a correlação de forças se "aliando" a nível político-partidário com parcelas dos grupos que dominavam política e economicamente o município, ou seja, com o "grupo da usina" que era da ARENA e depois PDS.

Com esta "aliança", estava marcado a nível de município, os "espaços" de movimentação que, agora, estavam, de certa forma, bem mais amplos dos que nos períodos anteriores. É dentro deste "adaptar-se" a dominação para forjar forças para sua negação que o sindicato vai seguir os passos que vão desembocar nos confrontos mais "abertos" do final da década de 70 e início dos anos 80. Neste momento, ocorriam vários conflitos de terra em todo o Estado e em todo o país e a mudança de posição na participação de algumas instituições como a Igreja Católica e entidades como a FETAG e a CONTAG nas lutas dos trabalhadores rurais, o que

significava mudanças na correlação de forças externa (país) e aumentava o número de entidades e grupos com quem se poderia contar. Amplia-se o leque de ação, amplia-se os "espaços" de luta, novas bandeiras e reivindicações surgem. A entidade que desde sua fundação havia sido muito pouco um canal das lutas dos trabalhadores rurais, deixa em aberto para estes a possibilidade de enfrentarem ou reagirem, coletivamente, e com "apoio e mais segurança" às investidas dos patrões e proprietários de terra.

Dentro dessa "nova dinâmica" que assume o sindicato, os pequenos proprietários vão ter uma grande importância. Isto porque é a categoria que, por ter acesso a terra (o que lhe garante, mesmo que precariamente a sobrevivência) se torna mais "sensível" às lutas contra os grandes proprietários tanto por poderem resistir melhor à expulsão da terra como, por participarem da luta por melhores salários e condições de trabalho, quando utilizam como estratégia de sobrevivência a complementação que o assalariamento na "palha da cana" oferece. Isto explica, pelo menos em parte, a maior atuação do sindicato junto aos pequenos proprietários.

Bom, mesmo com uma dinâmica que aponta para avanços nas lutas coletivas dos trabalhadores, o sindicato, sob a liderança de Margarida, vai percorrer caminhos bem mais "espinhosos" para chegar em 1983, ano em que Margarida foi assassinada.

Em toda a trajetória da gestação das lutas o sindicato teve nos grandes proprietários sua oposição "natu -

ral". Os grandes proprietários mesmo "aceitando" o "apoio" que o sindicato e Margarida lhes davam em períodos de eleições, vão perseguir a líder em todos os instantes em que esta colocar em cheque seus poderes.

No município de Alagoa Grande há, desde a década de 70, divergências entre os proprietários locais, que vão de certa forma contribuir para alguns avanços e ampliação dos "espaços" de atuação do sindicato. São divergências entre o "grupo da usina", liderado por Agnaldo Veloso Borges e a "oposição" a este, liderada por João Bosco Carneiro. Não passam de disputas por interesses de grupos e mesmo tendo sido utilizada pelo sindicato para ampliar seus "espaços" de atuação, quando sua direção colocou em cheque os poderes de todos os grandes proprietários locais, estes não mediram distância para assassinar Margarida Alves.

Isto mostra que as "divergências" entre os grupos dominantes locais não ultrapassam as disputas por interesses particulares e quando os trabalhadores se organizam para lutar por seus direitos e pela terra, os grandes proprietários deixam de lado suas querelas e se juntam para reprimirem as investidas dos trabalhadores.

As oposições às atividades e posições assumidas pelo sindicato vão existir também entre os próprios trabalhadores rurais. Estes tanto questionam a "aliança" feita pela direção do sindicato com o "grupo da usina" como os próprios limites do sindicato no encaminhamento de suas lutas. É a explicitação de limites que uma entidade como o sindicato enfrenta, no âmbito da estrutura de poder local, e é den -

tro destas contradições que deve ser compreendida a trajetória do sindicato de Alagoa Grande desde a sua fundação até os dias atuais.

3.2 - ... E os que viveram e não viram.

Enquanto parcelas dos trabalhadores de Alagoa Grande construíam a história do sindicato, muitos trabalhadores construíam outras histórias marcadas por contradições e lutas, embora pouco registradas na memória dos "movimentos sociais". Vejamos:

Perg.: O senhor trabalha na agricultura desde quando?

Resp.: "Eu entrei na agricultura com 8 anos, tó com quarenta anos".

Perg.: Trabalhou sempre em terras dos outros?

Resp.: "Eu morei com sujeição mesmo, eu morei com sujeição 15 anos, morando em terra de engenho ... sem poder fazer uma casinha pra morar e morava em terra de engenho, morei. Eu trabalhei com agricultura de engenho uma faixa de vinte e tantos anos, só em engenho. Ade pois foi tempo em que vim aqui pra Canafístula, ai fiquei trabalhando... ai fiz uma casa aqui em Canafístula e vim morar, mas sempre trabalhava fora ... Desde com idade de 8 anos ... desde criança, porque menino com 8 anos é criança, né? Meu pai foi um homem muito pobrezinho carregado de filhos que nem eu. No tempo que eu era menino, o mais velho era eu ... ai tive que trabalhar novo ... e tinha que ajudar ele. Quando a pessoa tem condição um

filho pequeno não vai ajudar ele... meu pai era um homem muito pobre ai o jeito que tinha era ajudar ele ..."

Perg.: Mas e a vida dos outros trabalhadores , como é?

Resp.: "É quase tudo o mesmo... esse povo aqui é quase tudo uma vida só ... tudo uma vida sofrida ...". ^{24/}

O sindicato de Alagoa Grande é hoje um "espaço" onde está aberta a possibilidade dos trabalhadores rurais se organizarem para lutar pelos "seus direitos", pela terra, por crédito, etc. Mas como vimos no ítem anterior ele não surgiu com estes objetivos de luta já definidos, mas sim foi passo a passo construído nessa luta e resistência de parcelas dos trabalhadores, de onde surgiram algumas lideranças que dinamizaram suas atividades.

Por outro lado, o "construir o sindicato de hoje" não foi obra de todos os trabalhadores rurais, mas sim de parcelas destes. Outros trabalhadores que não participaram diretamente dessa construção, "das lutas do sindicato", participavam de outras ou das mesmas lutas em outros "espaços". Em "espaços" possíveis dentro da realidade rural. As lutas que esses trabalhadores travavam no cotidiano não tinham como desaguadouro "natural" o sindicato, mesmo porque para muitos trabalhadores este não existia, eles "não ouviam falar no sindicato", "o sindicato era um local de dar remédio, consulta, dentista" e não um lugar onde pudessem reclamar das pressões que os patrões estavam fazendo para eles deixarem a terra.

Como vimos na entrevista acima, o trabalhador ru-

ral ou o filho deste, desde o início de sua vida que está na luta e esta só acaba com sua morte. Essa trajetória entre a vida e a morte do trabalhador é marcada pelo sofrimento, pela resistência, por "derrotas" e algumas "vitórias".

~ A "derrota" para muitos é terminar os dias junto ou separado da família "sujeitos na "palha da cana" ou trabalhando "para os outros" e sem muitas perspectivas de deixar "melhoras" para os filhos "que terão que passar pela mesma luta". O trabalhador nestas condições se considera "um derrotado", mesmo que tenha deixado sementes de uma possível vitória nos seus "rebentos".

A vitória normalmente é "cantada" quando acaba seus dias na sua "terrinha" e deixa o "sustento garantido" para os filhos. Quando no final da jornada, de não se sabe quantos anos, ele vê a possibilidade de reprodução da família e "seu futuro assegurado".

As terras de engenhos e fazendas em que muitos trabalhadores moravam, em Alagoa Grande, de uns vinte anos para cá, por conta de algumas transformações econômicas na produção de cana de açúcar e na pecuária, começaram a deixar de ser também terras para roças e sustento dos trabalhadores rurais da "região" e passaram a ser "terra para a cana e pra capim". Essas transformações ocorridas na agricultura local trouxeram consigo o aumento da luta, da opressão e dos confrontos, resistência e principalmente expulsão de muitos trabalhadores da terra.

Perg.: Tudo isso daqui era roçado (apontando para áreas cobertas por canaviais)?

Resp.: "Era, essa manga ai era de roçado de primeiro... no tempo da colheita, menino, esse povo de Canafístula tudo era cheio de algodão, mas no lugar que tinha o algodão ... ai foi o tempo que o dono' dessa propriedade morreu, ai ficou pros herdeiros, ai os herdeiros disse: 'eu vou querer tudo ...' ai essa faixa de terra onde nós trabalhava, tudo é cana, tudo é cana ...

Você chegava essa época (outubro) em Canafístula, a rua era completa de feijão, fava, milho, algodão ...". ^{25/}

A resistência na terra, a luta que trava no cotidiano, seja coletiva ou individual, é marcada por muitas contradições e nuances". O trabalhador rural quando está' sendo expulso de uma terra utiliza os meios possíveis para evitar a expulsão. ^{26/} Estes vão desde a resistência organizada por grupos dentro da propriedade, passando pela resistência de uma só família, enquanto o proprietário utiliza as mais diversas formas de repressão e perseguição para consumar a expulsão (como por exemplo: gado dentro da roça' do trabalhador, proibição de plantar culturas permanentes ' no roçado, aumento da condição, do foro ou do arrendamento, transferência do roçado para terras "que não dão quase nada", ameaças, agressões físicas, etc.), até não poderem resistir mais e não tendo qualquer apoio, deixarem a terra, pois "quem é que vai querer confusão com um homem rico daquele? Só se for pra ele...".

A resistência na terra, os conflitos com os pa-

trões foram e são constantes no "Brejo da Paraíba" e nes -
 ses vinte últimos anos eles se tornaram mais fortes ainda
 por conta das transformações econômicas que exigiram mais
 terras para a plantação de cana e capim, em detrimento da
 produção de alimentos. Grande parte da mão de obra que hoje
 é assalariada na cana, ontem era ^{de} pequenos proprietários, ar
 rendatários, foreiros, moradores, etc., todos expulsos da
 terra com resistência ou simplesmente "sem resistir".

O "medo" do homem rico, todo poderoso "que po-
 de...", é a consciência que mostra que dentro do município'
 e desde muito tempo o poder e a autoridade dos grandes pro-
 prietários predominam e os trabalhadores "sem defesas" en-
 frentam os proprietários até quando é possível e quando não
 dá mais o jeito é sair de "gosto e de vontade", 27/ ou não,
 pras pontas de rua.

A compreensão de que dentro da estrutura de poder
 local não é fácil se contrapor aos proprietários, mostra
 perfeitamente a percepção da diferença na correlação de for-
 ças entre proprietários e trabalhadores, e isto, mesmo com
 um aparente paradoxo contribui muitas vezes para que o sin-
 dicato não seja "a saída natural" para as lutas dos traba-
 lhadores:

Primeiro porque, em grande parte de sua história'
 o sindicato era controlado autoritariamente pelo Estado ou
 pelos proprietários, ou então não demonstrava ser um "espa-
 ço" para onde os trabalhadores pudessem canalizar suas lu-
 tas de resistência, que se dão no dia a dia em todos os mo-
 mentos em que estes se defrontam com o proprietário ou com

seus feitores, capangas, etc.; segundo, porque apesar do sindicato apontar para uma possível vitória essa é muito remota e pode deixar muitas marcas entre os trabalhadores por conta da repressão dos proprietários. Então, muitas vezes este caminho é deixado de lado e resist~~u~~-se da forma possível, em que se pode ganhar "uma casinha na rua", além da garantia de que pode trabalhar assalariado para o mesmo patrão e não ser "queimado" na "região".

Mas essa luta constante do trabalhador rural no município de Alagoa Grande e nos demais municípios da "região" aponta também para outra saída, bem menos frequente, mas possível:

"... Agora esse ano tirei um terrenim' ai do Governo, desse tereno ai. Ai chegou uns camaradas e disse pra eu apanhar esse terrenim. É como tô mim fazendo agora, tô mim fazendo agora, porque apanhei esse ano, apanhei esse ano passado...".^{28/}

Perg.: "...Mas com tudo isso tá bem melhor lá do que trabalhar nas terras dos outros..."

Resp.: "Tá bem melhor, porque lá é minha, bem dizer é minha, né? Porque o Governo, eu sei que ele não vai chegar e tomar, chegar e tomar esse terreno da gente trabalhar..."

Perg.: Quantos filhos o senhor tem?

Resp.: "Doze filhos, quatro ajudam... na roça só em época de inverno, agora tão trabalhando na usina..."

"Mas eu tenho fé em Jesus, sei não, mas eu ainda tiro eles sobre esse negócio de usina, porque agora que arrumei esse terreno, agora a pouco não mim dá pra eu tirar o dinhei

ro da feira com esse terreno... comecei agora a pouco, tô começando agora ... Agora quando eu plantar mais uma banana, quando a banana dé o dinheiro da feira, quando eu tiver minha roça, plantar meus legumes, porque lá dá legumes... ai eu penso tirar esses meninos desse negócio de usina...".^{29/}

As usinas e engenhos do "Brejo" e da Várzea da Paraíba são o escoadouro natural para grande parte dos trabalhadores que foram expulsos da terra e também de seus filhos que começam a "ajudar na palha da cana", aos 7 anos de idade. Na compreensão de um trabalhador rural de Alagoa Grande:

"... Trabalhar na cana é um negócio sem futuro... e depois que a gente cai lá dentro tem que trabalhar, se pará é pior ... O trabalhador tem que se assujeitar mesmo, é a precisão...".^{30/}

Este depoimento está muito presente nas palavras da maioria dos trabalhadores rurais que foram expulsos da terra nos últimos vinte anos. Sendo que o "cair na palha da cana" é considerado por muitos como um dos piores momentos de suas lutas, é quando vem a "sujeição total", a "sujeição da precisão", onde "se o cabra não for passa fome...".

Para muitos dos trabalhadores que vivem hoje na "palha da cana" a "precisão" limita mais ainda o potencial de suas lutas coletivas, de resistência à dominação. Embora essas lutas por melhores condições de vida e trabalho, seja também uma luta pela ampliação dos "espaços" para resistir e enfrentam dificuldades no seu acontecer, elas conse -

quem criar algumas formas de solidariedade entre os trabalhadores, principalmente quando o ganho do trabalho na "palha da cana" está colocando em cheque não só a sobrevivência do "chefe" mas a própria reprodução da família. Esta luta pela sobrevivência que é também uma luta contra a dominação, desemboca em formas de resistência dentro do próprio local de trabalho, onde "os trabalhadores estão todos insatisfeitos, os trabalhadores estão fazendo paradeiros"...

Vinte e cinco anos da história da construção de uma entidade que se tornou após muita luta, repressão, perseguição, morte e dentro de muitos limites, uma referência para as lutas coletivas e organizadas de parcelas dos trabalhadores de Alagoa Grande, o sindicato.

Cinquenta, quarenta, trinta, sete anos de lutas dentro de engenhos, fazendas, usinas, roças, pontas de rua, etc., para a maioria dos trabalhadores rurais do município, inclusive muitos dos quais fizeram também a história do sindicato. Muitos passaram a maior parte dessas lutas sem ter apoio, sem conhecer o sindicato. Outros só o conheceram a partir de 80 com as lutas de Margarida e passaram a fazer parte dele (inclusive alguns membros da atual diretoria), mas grande parte dos trabalhadores apesar de conhecer o sindicato não o vêem como um "espaço" onde possam continuar suas lutas, estas vão além do sindicato. As lutas que de forma muito limitadas, deixam em aberto a possibilidade de uma "libertação". "Libertação" que tem na terra seu fundamento maior.

Estas histórias de trabalhadores "anônimos" que

não são as mesmas do sindicato podem vir muitas vezes a se cruzar(em) com estas, e elas até que se cruzam, mas trazem' dentro de si muitas contradições, incompreensões, que, de parte a parte limitam a possibilidade de uma ação conjunta' e mostram também que pode haver ligações onde se possa preservar a importância de cada uma no seu transcorrer e transformar, porque é dentro das contradições e lutas diversas ' que ocorrem no campo que a vida aí é de "diversas formas...".

O ser de "diversas formas" marca também a trajetória das lideranças dos trabalhadores rurais, estejam estas ligadas a história dos que participavam, ou não, do sindicato, ou mesmo a ambas.

N O T A SI N T R O D U Ç Ã O

- 1/ O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) foi criado em 1980 por um grupo de trabalhadores rurais, sindicalistas e militantes de esquerda. É uma entidade que funciona basicamente a nível de Nordeste, tendo sedes nos seguintes estados: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão. Tem uma Coordenação Nacional e Coordenações Estaduais, sendo que tanto a Nacional como as estaduais são formadas exclusivamente por trabalhadores rurais. Segundo relatório da 5.^a Assembléia Nacional do CENTRU: "O CENTRU deve ser um centro de formação e capacitação do Trabalhador Rural, o que implica também num trabalho de organização e capacitação dos trabalhadores rurais". p. 3.
- 2/ Os assessores coordenam as atividades de formação, a equipe de educação, orientam os educadores de base e normalmente elaboram o material dos cursos de formação, dos seminários, etc.
- 3/ Os educadores de base são membros da equipe de educação que repassam os cursos e seminários para os sindicalistas de base e acompanham algumas atividades do dia a dia do sindicato.
- 4/ Em 1986, o CENTRU atuava junto às direções dos sindicatos de trabalhadores rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, Alagoa Grande, Serraria e Borborema. No município de Cruz de Espírito Santo as atividades eram realizadas com a oposição sindical que, em 1987, ganhou as eleições do sindicato local.
- 5/ Da bibliografia utilizada neste trabalho e que trata especificamente sobre os movimentos sociais na zona ca-

navieira da Paraíba (ou "zona da mata") ver: AUED, 1981; MIELE, 1985; BENEVIDES, 1985; MOREIRA, 1985; MORAES, 1986; FERREIRA, 1983; CARDOSO, 1986; BERTOLAZZI & TOSI, 1985.

- 6/ O questionário que utilizamos nas entrevistas com assessores sindicais, dirigentes sindicais e trabalhadores rurais teve um único modelo, isso porque era nossa intenção captar a percepção de cada "segmento" entrevistado sobre o meio rural e sua história, lutas, etc.
- 7/ Na pesquisa de campo entrevistamos treze pessoas: 3 assessores sindicais (atuam no âmbito da CUT), 6 sindicalistas de Alagoa Grande (o Presidente do Sindicato, dois suplentes e três delegados de base) e 4 trabalhadores rurais (dois eram sócios do sindicato e dois não).
- 8/ Os motivos que nos levaram a escolher Alagoa Grande como local de nossa pesquisa de campo (última fase) foram vários: é um município bastante marcado pelos conflitos entre grandes proprietários de terra e trabalhadores e onde o sindicato tem uma certa tradição de luta; tínhamos contatos com parte da direção do sindicato e era o município onde tínhamos a perspectiva de realizar algumas atividades, como encontros, palestras, cursos, etc.

N O T A SCAPÍTULO I

- 1/ Na elaboração deste ítem reproduzimos quase que na íntegra parte do artigo de José Roberto Novaes: "Margari - da Alves: uma líder sindical", in: Boletim da ABRA, nº 5, set./out./1983, p. 3-17.
- 2/ Entrevista concedida ao autor, em 03/10/87, por membro da direção do sindicato de Alagoa Grande (também faz parte da direção do CENTRU e da direção estadual da CUT-PB).
- 3/ Sobre o conceito de camponês ou movimento camponês ver: AUED, 1981; BASTOS, 1984; AZEVEDO, 1982 e MARTINS, 1983.
- 4/ Sobre transformações econômicas ocorridas na zona da mata da Paraíba ver: BARBOSA, 1985 e ROBERTO NOVAES, 1983.
- 5/ Sobre a História das Ligas Camponesas, ver: AUED, 1981; AZEVEDO, 1982; BASTOS, 1984 e BENEVIDES, 1985.
- 6/ É frequente nas correntes "marxistas economicistas" ("marxistas clássicos", segundo WEFFORT) a supervalorização da infra-estrutura econômica na explicação de acontecimentos históricos nas sociedades de classes, terminando, muitas vezes, por escamotear de suas interpretações a própria luta de classes, que era para Marx o "motor da história". Nestas interpretações ("economicistas"), os constantes conflitos nas sociedades de classes são substituídos pelas questões econômicas que passam a dirigir e explicar todos os acontecimentos. Tudo o que ocorre nos "momentos críticos" da história de uma sociedade tem que ser explicado, indefinidamente, pelas questões econômicas e todas as outras questões como a cultural, política, ideológica, etc são "meros" reflexos daquelas (econômicas).
- 7/ Compreendemos que a luta de classes acontece em todos

os "espaços" e momentos da sociedade de classes, tanto através dos confrontos abertos, organizados e coletivos, como também no dia a dia da luta entre trabalhadores e patrões, seja dentro ou fora das unidades produtivas. Ou seja, a luta pela sobrevivência, as formas de reação à dominação, sejam individuais ou coletivas, organizadas ou não, são os momentos "miúdos" da luta de classes. Esta compreensão está muito presente no "falar e viver" dos trabalhadores rurais.

- 8/ Sobre a participação da Igreja, PCB, e Estado nos movimentos sociais no campo, nas décadas de 50 e 60, ver: CRUZ, 1982; AUED, 1981; BARBOSA, 1985; BASTOS, 1984 e BENEVIDES, 1985.
- 9/ Entrevista concedida a Maria da Conceição Cardoso, em 1986 (?), por Casseiro, Primeiro presidente do sindicato de Alagoa Grande (período de 1962 a 1965).
- 10/ Entrevista concedida a Regina Novaes, em fev. de 1983, por Margarida Alves, presidente do sindicato de Alagoa Grande entre 1973 e 1983. Esta entrevista faz parte do artigo "Fala, Margarida!", in: Tempo e Presença, Rio de Janeiro, publicação CEDI, nº 186, set./1983.
- 11/ Entrevista concedida a Regina Novaes, em 1983, por Álvaro Diniz, que foi presidente do sindicato de Alagoa Grande entre 1965 e 1973.
- 12/ Utilizamos estas três compreensões, porque elas representam o pensamento dos 3 primeiros presidentes do sindicato de Alagoa Grande, ou seja, o pensamento da direção do sindicato durante 20 anos de sua história.
- 13/ Entrevista concedida a Orlandil Moreira, em 198__, por trabalhador rural de Guarabira.
- 14/ Extraído de Regina Novaes, "Fala, Margarida!", op. cit. p. 12.
- 15/ Extraído de Maria da Conceição Cardoso, p. 23.

- 16/ Regina Novaes: "Fala, Margarida!" p. 13.
- 17/ Idem, p. 13.
- 18/ Relatório do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande, p. 4.
- 19/ Regina Novaes, ídem, p. 15.
- 20/ Idem, p. 13.
- 21/ Extraído do relatório de avaliação do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, p. ____.
- 22/ Participaram do encontro de avaliação da história do sindicato de Alagoa Grande, as seguintes pessoas: Nôta (secretário do sindicato), Ilda (tesoureira), Toinho (suplente e delegado de base), Manoel (conselho fiscal), Edmilson (sócio), Geraldo (delegado sindical), Severino (conselho fiscal), Penha (suplente) e Zé Horácio (presidente).
- 23/ Regina Novaes, ídem, p. 14.
- 24/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 25/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 26/ Ver LÍGIA SIGAUD: "Os Clandestinos e os Direitos", p. 37-45.
- 27/ Idem, p. 49-53.
- 28/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 29/ Idem.
- 30/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87. (Este não é o mesmo trabalhador da entrevista anterior).

- CAPÍTULO II:

"DO SER LIDERANÇA AO SER LIDERADO": Os Caminhos e as Fa - las.

~ Pretendemos com este capítulo entender e expor uma compreensão sobre a relação entre direção e base no sindicato de Alagoa Grande. Para tanto, utilizaremos em alguns momentos a trajetória de Margarida Alves como um exemplo histórico dessa relação. ^{1/} Esta nossa opção na escolha da trajetória de Margarida não é aleatória, mas reflete simplesmente a própria importância da líder para a história do sindicato de Alagoa Grande. Conversar com os trabalhadores que "conhecem" o sindicato de Alagoa Grande é também rever a história de Margarida Alves e esta e o sindicato, não podem ser compreendidos separadamente.

Para se compreender a história da relação entre direção e base no sindicato de Alagoa Grande, faz-se necessário registrar a participação de parcelas das esquerdas que passam a atuar no campo, entre o final da década de 70 e início dos anos 80. Isto porque com a participação desses grupos no meio rural há uma tendência para modificações nas posições assumidas pela direção sindical com relação ao Estado, aos proprietários e aos partidos políticos locais, como também nas relações entre direção e bases do sindicato. Essas "novas" posições e relações que a direção tende a assumir vão influir muito nos rumos que o sindicato vai tomar a partir do início da década de 1980. Procuraremos com-

preender e questionar quais as consequências e importância da atuação dessas entidades, normalmente criadas ou com fortes influências de parcelas das esquerdas, na própria história do sindicato de Alagoa Grande.

Não pretendemos traçar novamente (como fizemos no Capítulo I) o perfil dos caminhos percorridos por Margarida, como liderança sindical, mas tomar alguns momentos de sua trajetória e das contradições que marcaram esta, para reconstituir o histórico da relação entre dirigentes e trabalhadores rurais, a nível do Sindicato de Alagoa Grande.

Nas palavras de um trabalhador rural, Margarida Alves:

"É e aquela mulher, mataram aquela ... ela morreu afim ... apunindo a nação da pobreza, aquela mulher aquela mulher morreu apunindo pela gente, ai ... esses povos (patrões), eu vou dizer, esses povos não quer que se apuna pelos pobres, quanto mais a pessoa apuna pelos pobres, apuna por esses, eles tira a vida, eles tira a vida ... Aquela mulher morreu porque apunia pela nação pobre...". 2/

Este depoimento e muitos outros dados por trabalhadores mostram como Margarida Alves construiu, com parcelas dos trabalhadores rurais do "Brejo Paraibano", um pouco da história desta "região", ao mesmo tempo que construía sua própria história, que em muitos momentos se confundia com a vida e os anseios de muitos trabalhadores, fazendo com que parte destes se sentissem representados no agir e no falar da líder.

Pode-se afirmar sem muitas dúvidas que as relações de dominação que existem secularmente no meio rural brasileiro, os valores culturais que permeiam as lutas entre trabalhadores e proprietários de terra sempre deixam em aberto a possibilidade de surgir, nas lutas cotidianas, um indivíduo (homem ou mulher) que consiga ser o "espelho" de outros, um indivíduo que pelas potencialidades que tem ou acumula, consegue juntar o "medo" ou o potencial do seu grupo para enfrentar com mais força o "poder" que os oprime; um indivíduo que por conhecer o "chão" onde pisa, consegue definir com o grupo as possibilidades de avanço em cada passo que dá, os limites desses passos e os recuos que são necessários. Porque recuar faz parte da "lógica" das lutas sociais no campo e não recuar também, mas o importante é perceber que toda história construída no campo pode e deve gerar a sua negação, o seu contrapé. Isto é o que mostram as lutas e contradições em uma sociedade de classes.

Na trajetória de lutas de uma liderança de trabalhadores do campo está sempre presente em cada momento, em cada passo, a forma extrema de sua negação, sua destruição física. Esta é, muitos o sabem, uma possibilidade que as lutas no campo sempre coloca.

Como nas palavras do trabalhador rural, colocadas acima, percebemos também nas palavras de um líder do sindicato patronal, que Margarida questionando a dominação dos grandes proprietários de Alagoa Grande, assinava sua própria sentença de morte:

"Margarida se excedia demais. Eu mesmo cansei

de dizer a ela que tomasse cuidado, mas ela não queria acordo. O negócio dela era brigar' com o outro lado. Na última ação trabalhista' que ela moveu fui obrigado a pagar 3 milhões a dois trabalhadores do engenho Ribeiro de Barros, da minha propriedade. Das 250 propriedades rurais de Alagoa Grande, apenas duas - dos irmãos Antônio e Arnaldo Uchoa de Castro - assinam as carteiras profissionais de seus empregados. Margarida queria coisa que a gente não pode assumir, como carteira assinada, Previdência Social, 13º salário, repouso remunerado. Nós, os fornecedores de cana, já vivemos pendurados nas usinas e não podemos assumir encargos". ^{3/}

Para a própria Margarida os passos a serem dados deviam ser medidos com cuidado e mesmo assim, a possibilidade de morte não deixava de estar presente no seu caminhar:

"... Acho que entrei na luta e não decepcionei ninguém (...) Sempre enfrento essas lutas, tenho arriscado a própria vida. Não tenho medo de morrer, porque a gente tem uma vida só pra viver, entende?". ^{4/}

Como deixa sempre aberto caminhos para o surgimento de novos líderes, o campo, pelas suas contradições, pelas lutas constantes, nunca fecha a possibilidade de vê-los desaparecer violentamente. Com o assassinato do líder morre parte da luta dos trabalhadores rurais, morre um pouco da coragem que começava a superar o "medo" tão presente no meio rural, restando apenas "símbolos" que tem duas faces: a possibilidade de continuar a luta de forma mais acirrada e, por outro lado, a morte do líder que representava a "coragem co-

letiva" de um grupo, que volta a ter no "medo" a expressão ' mais forte de sua "consciência".

Para se compreender a liderança de Margarida, como também a de qualquer outro líder rural, é preciso conhecer ' um pouco a realidade em que ela surgiu. Não só conhecer a "região" numa perspectiva econômica, mas também seu universo cultural que modifica um pouco aquela e lhe dá um cará - ter bastante peculiar.

Quando chegamos ao município de Alagoa Grande para coletar dados para este trabalho e realizar outras ativida - des, já percebíamos, por conta da experiência em Serraria e Borborema, que os valores culturais dos trabalhadores ru - rais são muito dinâmicos e contraditórios e para apreendê - -los, no que é possível, tem-se que se libertar de alguns preconceitos.

Esta dinâmica e suas contradições se mostram nas palavras e histórias dos trabalhadores. Em parte dessas his - tórias está presente a figura de Margarida Alves e junto com ela a história do sindicato. Para muitos trabalhadores ru - rais Margarida aparece como uma pessoa que conseguia unir parcelas dos trabalhadores em lutas coletivas, além de se fazer presente também no cotidiano de muitos.

Unir parcelas de trabalhadores rurais em "re - giões" marcadas pela força e poder de grandes proprietários' de terra, senhores de engenho, usineiros, etc., não é uma tarefa simples e exige coragem e capacidade por parte daque - les que se aventuram a fazê-lo. As dificuldades para dar um

caráter coletivo e organizado as lutas que os trabalhadores rurais travam no dia a dia se ampliam por conta da oposição ferrenha e violenta dos "latifundiários".

Margarida conseguia, não sem dificuldades, sintetizar os anseios de parcelas dos trabalhadores de Alagoa Grande, como também de outros municípios do "Brejo". Não de forma linear nem pacífica, mas sim utilizando todos os meios oferecidos, todas as oportunidades possíveis e enfrentando além da oposição dos grupos dominantes locais, oposições de trabalhadores que não concordavam com "suas formas" de trabalhar.

A liderança que Margarida veio a ser esteve muito ligada a sua identidade e compreensão do meio em que vivia e do saber canalizar, dentro de um "espaço" fortemente controlado e marcado pela "medo", os anseios de lutas dos trabalhadores. Estar ligado, compreender a vida dos trabalhadores e saber dar determinadas respostas às suas necessidades parece ser uma das formas de se tornar representativo para os trabalhadores. Isto não exclui de forma alguma, a importância das contribuições, conhecimentos e apoio dados pelos "agentes externos", ^{5/} principalmente se estes são colocados na perspectiva de dinamizar e ampliar o "espaço" de atuação do líder. Por outro lado a "formação" dada pelos "agentes externos" tem que estar também colada à realidade e mesmo assim não deixa de ser questionada:

"... Ela (Margarida) participava de encontros e cursos, mas sempre levantava algumas preocupações sobre as consequências destes,

na sua relação com os trabalhadores e no encaminhar das lutas ...".^{6/}

Esta preocupação com cursos de formação, encontros, etc., tem lá sua importância e os próprios trabalhadores, mesmo que não seja de forma homogênea, nem abertamente, colocam nas suas falas e atitudes, preocupações sobre as atividades de sindicato. Para nós, estas preocupações tem haver com os resultados, deixados em vários níveis, pelos cursos de formação, elaborados pelos "agentes externos":

"Nos tempos de Margarida, a gente vê os trabalhadores dizendo por ai que o sindicato tinha mais força, num sabe? Tinha um trabalho melhor do que agora ...".^{7/}

Para o trabalhador a questão colocada não é só que o sindicato era mais frequentado durante as gestões de Margarida do que nas gestões anteriores ou posteriores a sua atuação, mas o que parece estar (mais) em jogo é a forma de trabalhar do líder, sua proximidade, presença junto aos trabalhadores, frequência e acompanhamento dos problemas e conflitos vividos pelo trabalhador no seu dia a dia. O saber encaminhar as lutas do trabalhador levando em consideração a realidade em que vive:

"Um trabalhador não podia chegar no sindicato com nenhum problema desse que ela resolvia. O senhor chegasse lá com o problema que falou ai da mandioca que o gado comeu ... Chegasse lá, ela dizia: 'Não, eu tô acreditando em você, mas vou lá mais você'. Ela vinha pegava o carro, chegava aqui subia no roçado e via. Aí trazia uma testemunha "

ou duas e chamava, ai tocava para a FETAG, lá batia todos os dados, ai empurrava na junta ...". 8/

Esta presença junto ao trabalhador no encaminhar seus problemas cria uma relação de proximidade e representatividade entre líderes e liderados muito forte e importante nas lutas dos trabalhadores. Porém parece existir uma tendência para a "quebra" desta relação quando há um distanciamento entre liderança e base, quando eles passam a falar linguagens diferentes, quando o líder já não fala a linguagem da base, quando esta já não se sente representada no falar, nas propostas de lutas da liderança.

Esta última é uma questão crucial na relação direção-base. O trabalhador reage pronto e diversamente quando seu representante está se distanciando, quando as lutas tomam "outros nomes", no falar da liderança, quando suas palavras não são mais reconhecidas pelo universo "do falar rural". As reações podem se mostrar através de "queixas", cobranças, etc. e também do afastamento puro e simples das atividades promovidas pela entidade ou pelo líder:

"... Mas a liderança eu acho que é a pessoa saber bem lidar também na sua comunidade, não só lidar na questão política, mas também até na questão da vida pessoal dos povo, saber o que é que tá acontecendo e não se afastar. Eu acho que acaba muito com a pessoa é se afastar ...". 9/

Não é sem razão que uma das atuais lideranças do sindicato de Alagoa Grande tem esta compreensão sobre a rela

ção direção-base. E foi a percepção de falas como esta e de muitos outros trabalhadores que nos fez tentar compreender e discutir a questão.

Para os trabalhadores também é importante e talvez até indispensável, que a pessoa reconhecida como líder tenha um conhecimento "a mais" que os diferencia, conhecimento que pode ajudar o líder a ter "idéias melhores" no encaminhar as propostas e soluções dos problemas enfrentados por todos. Porém, esse "conhecimento a mais" tem que existir na perspectiva de (poder) dar respostas para as questões do cotidiano das lutas dos trabalhadores, para as questões que estão sendo sentidas na pele. Caso contrário, esse "novo conhecimento" pode vir a cair no vazio ou estimular o distanciamento entre liderança e base. Isto acontece ou começa a acontecer, principalmente quando o "novo conhecimento" leva a um discurso carregado de palavras, propostas, etc., que não dizem respeito à realidade dos trabalhadores. Quando o discurso começa a ser colocado numa linguagem não reconhecida pelo trabalhador, aparecem sinais do distanciamento.

Como a trajetória de uma liderança sindical tem sempre uma ou mais histórias, as entidades que desenvolvem atividades de formação, apoio, assessoria, etc. no meio rural também têm suas próprias histórias, que são marcadas por muitas contradições. É o que tentaremos mostrar a seguir, já sabendo de antemão que não é fácil compreender estas histórias e que elas são marcadas por muitas polêmicas. 10/

Inicialmente é importante frisar que muitas das entidades que trabalham com atividades "educativas" foram ou

são criadas sob a influência de parcelas da esquerda e/ou da chamada "Igreja" progressista", o que normalmente comporta ' compreensões ou "projetos políticos" mais ou menos elabora - dos. Isto tem lá sua importância e uma delas é que essas entidades privilegiam, nas suas atuações, os "espaços" conside rados como tendo um potencial de explicitação do antagonismo entre trabalhadores e patrões. A nível da Paraíba seriam os locais onde tendem a predominar ou já predominam relações de trabalho assalariados. Estas, segundo as compreensões das esquerdas, despiriam a exploração de seus "véus", acabariam' com as relações pessoais e paternalistas que existem entre ' proprietários e trabalhadores no campo, que escondem à domi nação dos primeiros sobre os segundos e limita a possibilida de do trabalhador percebê-la.

A nível de Nordeste os locais privilegiados são as zonas canavieiras dos diversos estados produtores de cana de açúcar, onde desde a década de 1950, ocorre um processo ' de expropriação do trabalhador rural que tinha acesso a ter ra e que progressivamente, mas não de forma linear nem sem reações, vem se tornando um trabalhador "livre" para vender' sua força de trabalho aos grandes proprietários, usineiros , pecuaristas, etc.

Esta é a "região" que tem o potencial de confronto que todos querem.

No "Brejo" da Paraíba são constantes os conflitos' entre trabalhadores e proprietários e é desses confrontos ' que surgem os líderes ou pessoas que se destacam nas lutas por "sua coragem e disposição". Esses líderes passam a ser,

dentro de certos limites, os "canais" de expressão de grupos de trabalhadores e como surgem num ambiente fortemente marcado por contradições trazem consigo, nas suas atuações, estas (contradições). Estas "lideranças" atuam constante e diretamente na comunidade, local de trabalho ou município e são reconhecidos como líderes, principalmente porque estão a todo momento ligados ao seu grupo ou base, que também se reconhece nesta relação.

O surgimento desses líderes pode se dar tanto no seio de uma entidade, como por exemplo o sindicato, como também dentro da luta no próprio local de trabalho ou de moradia, quando há a resistência contra a exploração do trabalho assalariado, contra a expulsão da terra, etc. Não existe uma regra, esses "espaços" podem interagir ou estarem desligados.

Com a aproximação de entidades de apoio, educativas, partidos políticos, Igreja, etc., algumas compreensões "novas" são trazidas para o meio rural. Mesmo que não comecem obrigatoriamente por aí e este não seja um ponto pacífico entre os vários grupos que atuam no meio rural, ^{11/} uma das primeiras questões que se coloca é que os trabalhadores devem se organizar através de uma entidade que possa potencializar suas lutas coletivas.¹¹ O sindicato é, com raras exceções, o desaguadouro natural. É ele "historicamente", a "entidade de classes dos trabalhadores rurais". Parece não importar muito que para os trabalhadores o sindicato nem exista, como acontece na maioria dos casos, ⁶ que importa é que ele é uma das instituições que pode levar avante um certo

"projeto político" da classe trabalhadora. Levar avante no sentido de dar uma certa contribuição para as lutas pela "transformação da sociedade", mas jamais para ser a direção' destas transformações. Esta direção, já foi também "historicamente" definida: é o partido político, este é uma organização "superior":

"Do ponto de vista da organização política (Partido) o processo está ainda mais atrasado. Se partirmos do pressuposto de que este tipo de organização se constitui num estágio superior à organização sindical. Que esta a precede. Na medida em que a organização sindical é débil, a organização política é mais débil ainda". 12/

Partes dessas "compreensões "novas" trazidas pelos "agentes externos" para o meio rural, muitas vezes já estavam até sendo colocadas pelos próprios trabalhadores agora, claro, em um nível diferente. Por isso, parcelas dos trabalhadores vão "aceitá-las", outras vão questioná-las e se afastarem das lutas ou continuarem questionando-as".

É dentro desta relação entre os "agentes externos" e os trabalhadores rurais e seus líderes que surge a "necessidade" da formação, a "necessidade" de capacitação tanto dos líderes mais reconhecidos pelo grupo, categoria ou comunidade, como também de trabalhadores que mostram certas potencialidades nas atividades cotidianas da entidade, comunidade, grupo, etc.

Só que, o olhar do "agente externo" é hierarquizador e por isso os líderes vão participar tanto de cursos de

ção, capacitação, etc., também "questiona" de diversas formas a relação com os "agentes externos". Nos eventos de formação, encontros, etc., as entidades de apoio e educativas, dão grande destaque para as lideranças que reproduzem o discurso que os assessores, educadores e intelectuais querem ouvir. As lideranças parecem "perceber" estas formas de atuar dos "agentes externos" e passam a reproduzir, pelo menos quando estes estão por perto, os discursos "radicais" ou as compreensões que muitos gostam de ouvir.

Quando, no entanto, esses mesmos líderes passam a atuar na sua realidade concreta, que é bem mais complexa do que as formas como são compreendidas nos cursos de formação, acontece que muitos percebem o distanciamento entre sua realidade e as informações vistas nos cursos, o que pode provocar tanto um deslocamento entre o líder e as questões colocadas por sua realidade, como também o líder pode "adaptar" os conhecimentos e práticas adquiridas nos cursos à realidade, ou à lógica do meio em que vive.

Estes são alguns dos caminhos percorridos pelas lideranças que passam pelo processo de formação, embora não estejam isentos de questionamentos tanto por parte dos trabalhadores (suas bases) como da assessoria e entidades de apoio, que muitas vezes tentam questionar a "distância" entre o discurso "radical" do líder e sua prática dentro da lógica do poder local:

"... O que caberia perguntar por que o sindicato em momentos de luta política partidária se divide, não conseguindo um consenso na es-

colha de seus representantes, nem de um partido representativo?

... As respostas seriam compreendidas pela via de uma metodologia de trabalho que leva o "líder" a ter duplas atuações, utilizando lógicas diferenciadas ao mesmo tempo. Ou seja, por um lado tenta manter uma aparência "combativa", por outro, ultrapassa esse lado combativo... Isto pode ser consequência das próprias relações com o poder local, onde se pratica uma política de barganha...". 14/

Outra questão bastante séria e de consequências "a parentemente" pouco importantes que os cursos de formação trazem, é a visão que a liderança passa a formar sobre a base, ou sobre os trabalhadores de maneira geral. Visão que antes não dizia respeito ao falar e ver da liderança e que estimula a criação de preconceitos destas com relação às bases. Sendo que estas últimas não absorvem passivamente a "nova forma" como estão sendo vistas pelas lideranças.

Está muito presente nas falas das lideranças, principalmente aquelas que frequentam os cursos de formação, os adjetivos que passam a utilizar para designar as bases, indo desde "alienada", "atrasada", "inconsciente", etc., até uma de suas consequências que é a "descoberta" que sem uma capacitação sistemática e constante os líderes de base e os próprios trabalhadores não conseguem fazer suas lutas avançar(em). Neste ponto muitas das lutas já não são as mesmas que os trabalhadores travavam antes. As lutas agora são outras, têm outros nomes e têm também as organizações ou entidades que devem dirigi-las, que devem organizá-las.

Os discursos que as lideranças, formadas nas lutas de resistência na terra, nas lutas por melhores salários ou ainda dentro da própria estrutura sindical, passam a fazer tem como uma de suas principais consequências, seja deliberada ou não, "esconder" os limites que o sindicato, a "entidade de classe" têm no encaminhar das lutas e reivindicações dos trabalhadores (trabalhistas, Campanhas salariais, luta pela terra). Sendo que a partir daí a lógica é transferir parte dos problemas e limites da entidade para os próprios trabalhadores, que passam a ser os "inconscientes" que precisam se capacitar para "descobrir ou entender" que o sindicato, etc., é o "seu espaço de luta ou órgão de classe".

A compreensão "absorvida" pelas lideranças e participantes dos cursos, nem sempre passivamente, quando "transportada" para a realidade encontra o trabalhador da base muitas vezes arredio ou com algumas "dúvidas" sobre a "nova forma" como o líder atua ou como ^{ver etc} vê-lo (trabalhador). O estar arredio se mostra de muitas formas, indo desde "concordar" que o problema da entidade ou das lutas está na sua "incapacidade", "desunião", "inconsciência", até perceber que muitos problemas não são simples como colocados pelos líderes, ou "agentes externos" e que a realidade em que vivem não comporta determinados conhecimentos ou discursos. O líder e os "agentes externos" estão se distanciando da realidade e não estão mais sendo compreendidos pelos trabalhadores da base.

Neste ponto, a liderança talvez já seja até reco

nhecida no âmbito estadual ou nacional, pelo movimento do qual faz parte. Mas com certeza seu reconhecimento local é bastante débil ou diferente, sua base é outra, ou a mesma com uma representatividade diferente, mas a distância entre trabalhadores e lideranças, perceptível dos dois lados, criou um vácuo que é "trabalhado" a todos os momentos pelos grupos dominantes locais.

Isto mostra que da mesma forma que os trabalhadores rurais criam seus "mitos", dentro da realidade contraditória em que vivem, podem também vir a destruí-los. Ou melhor, a não considerá-los mais como tal. E mesmo os que são "criados" não o são de forma homogênea e absoluta, pois o líder consegue no máximo ser representativo de parcelas dos trabalhadores, outras parcelas criam seus próprios "deuses" e os cultuam nas lutas cotidianas, à sua maneira.

Ser líder no campo é também deixar em aberto a possibilidade de ser de "diversas formas" e não ser "acabado ou preparado" fora deste mundo, para de repente querer mudar toda sua lógica a partir de outras práticas e compreensões, mesmo que estas tragam consigo a "consciência política", a "consciência superior". E esta pode até ser realmente "superior", mas o trabalhador para compreendê-la vai retirá-la de seu pedestal e vai fazer o uso possível de sua "superioridade".

Mesmo sabendo que a relação entre entidades educativas ou de apoio e trabalhadores rurais e suas lideranças' podem desembocar em caminhos bem diferentes dos mostrados' acima e isto muitas vezes acontece, (mesmo porque existem'

vários outras possibilidades e caminhos e as próprias lutas e contradições é quem definem estas), o que percebemos é que o processo de formação e a relação com os "agentes externos" têm levado as lutas coletivas dos trabalhadores rurais por caminhos que dificilmente são os desejados por estes. Quase sempre os trabalhadores rurais e seus líderes, não sem uma reação, passam a fazer parte de "projetos políticos" de grupos, que muitas vezes não comportam toda a dinamicidade e criações do campo, nem são os anseios dos próprios trabalhadores.

Talvez esse seja um dos fatores que faz com que os trabalhadores não se adaptem tão facilmente a certas "camisas de força", venham elas de onde vierem, mesmo que tenham as mais "nobres" intenções. O homem do campo também utiliza sua "malícia" para dizer um sim no falar que é um não no fazer.

As entidades educativas, de apoio e assessoria e/ou as organizações de esquerda que atuam no campo têm nos seus estudos e práticas, no meio rural, compreensões marcadas por muitas diversidades. Existem entre os vários grupos que estamos colocando aqui como "agentes externos" uma grande heterogeneidade no pensar e atuar na realidade e eles representam apenas parcelas das esquerdas. 15/

A unidade que possa haver entre essas "organizações" se dá dentro de muitas diversidades, é o que mostra o trecho a seguir:

"As experiências de formação que se desenvol-

veram na zona rural do Nordeste a partir do processo de reorganização do movimento (final da década de 1970), foram produto em sua absoluta maioria da iniciativa de grupos, entidades ou pessoas provindas de fora das organizações dos próprios trabalhadores rurais...

(...)

De fato esses grupos e entidades não tem poupado esforços no sentido de colaborar com o avanço do movimento. Mas tendo em vista que cada uma delas é constituída de militantes políticos com um certo grau de formação e por conseguinte afinados com algumas orientações políticas, é de se supor que as divergências entre elas sejam inevitáveis ...". 16/

A diversidade e as divergências existem e são bastante fortes e perceptíveis, seja na existência de várias entidades ou de inúmeras pequenas organizações que atuam no âmbito de Centrais sindicais como CUT e CGT ou de Partidos Políticos como PT e PCs.

Porém, existem também, entre estas entidades e organizações, alguns pontos comuns. Talvez o mais claro seja o que define as atividades que cada grupo se propõe a realizar: formação política e sindical, assessorias, apoios, etc. Todos são unânimes em considerar que os trabalhadores rurais (e urbanos também) precisam de formação e capacitação, que contribua na organização de suas lutas coletivas, principalmente no âmbito sindical. O sindicato é colocado pelas organizações de esquerda de forma inquestionável, como "o espaço" de organização e luta dos trabalhadores rurais". Só pe

quenas parcelas da chamada "Igreja progressista" questionam e, mesmo assim timidamente, a absolutização feita pelas esquerdas do sindicato como sendo "órgão de classe e luta dos trabalhadores rurais".

As idéias e muitas práticas orientadas pelos grupos de esquerda que transitam no movimento sindical rural da Paraíba são, em grande parte, forjadas a partir de um preconcebido conhecimento sobre a realidade e normalmente surgem a nível de grupos que não têm uma vivência e compreensão do meio rural, nos seus aspectos econômico e cultural. O meio rural serve apenas de pretexto e palco de experiências para teorias construídas, principalmente, em realidades que pouco ou nada tem a ver com a nordestina.

A compreensão a seguir mostra uma crítica feita a atuação das esquerdas consideradas como "tradicionais ou reformistas", ^{17/} mas na nossa maneira de ver poderia ser estendida a muitos dos grupos que mesmo não estando vinculados aquelas, atuam hoje no meio rural e (que) apesar de terem mudado algumas formas de atuação continuam, em essência, com muitas das mesmas orientações das "esquerdas tradicionais":

"De certo modo não se deve deixar de atribuir tal debilidade (inexistência de uma metodologia de formação adequada à realidade nordestina) principalmente ao tipo de prática de esquerda que se desenvolveu no Brasil e no Nordeste. O dogmatismo e doutrinaramismo predominantes historicamente na esquerda brasileira (marxista ou não), inviabilizou duplamente o desenvolvimento desse aspecto da teoria e da prática revolucionárias. Primeiro, ao não

priorizar (ou mesmo dar maior importância) ao trabalho de formação de quadros no movimento real. Restringindo-se a fazer propaganda em cima de chavões. Segundo, ao assumir uma posição anti-dialética quando da definição de suas políticas, não investindo, por exemplo, num estudo mais aprofundado da realidade brasileira, restringindo-se a tentar reeditar 'receituários doutrinários'. 18/

Como colocamos anteriormente, o trecho se refere as chamadas "esquerdas tradicionais" (principalmente os PCs) e mesmo não negando as contribuições dadas por estas para o avanço das lutas sociais, consideramos que são merecedoras de questionamentos e elas são realmente questionadas, como vimos.

Bom, mas apesar dos questionamentos que parcelas das esquerdas, que se autodenominam de "revolucionárias", fazem sobre a atuação e os limites e equívocos da chamada "esquerda tradicional", o trabalhador rural em uma e outra visão continua sendo visto como uma "tábua rasa", que precisa adquirir uma certa "consciência" para participar (quase sempre como dirigido) da "sua libertação" e esta "consciência" sempre tem que vir "de fora" do seu meio e de suas lutas:

"Como conclusão, podemos arriscar que o trabalhador rural do Nordeste não se pauta em nenhuma lógica, do ponto de vista racional (formal ou dialética), quando toma decisões e as executa. Mas, ao contrário, o que lhe serve como parâmetro são, muito mais, as experiências concretas transmitidas de geração em geração e vivenciadas na prática, mesmo que se apresentem de forma fragmentada e con

traditória entre si, muitas vezes.

O único fator capaz de possibilitar uma forma de pensar e de agir de modo mais coerente e crítico se constitui na criação de situações concretas (práticas de lutas coletivas) que se coloque em confronto com a realidade (que lhe parecia harmonizada) e lhe faça apreender melhor sua lógica de funcionamento, com a colaboração da teoria (da teoria científica)". 19/

Essa poderia ser considerada como uma compreensão extrema ou limite de uma das correntes que atuam no campo sobre os trabalhadores rurais. No entanto, com maior ou menor intensidade termina por ser a compreensão reproduzida ou estimulada pela maioria dos grupos de esquerda que trabalham com atividades de formação e assessoria no meio rural.

A citação acima mostra, em parte, o caráter da "formação" que as entidades educativas e/ou os grupos de esquerda vão passar para os trabalhadores e seus líderes e também mostra como os trabalhadores são visto aos olhos das esquerdas. Nesses olhares ou em parte deles o homem do campo não passa de um "depósito" onde deve ser colocado, para estimular suas lutas coletivas, uma "teoria científica" ou uma "consciência superior".

Queiramos ou não é historicamente nessa perspectiva que tanto a esquerda, com sua "teoria revolucionária que liberta" (?), como a direita, que não se pauta em revolução e tem suas próprias formas para manter a dominação, vêem os trabalhadores rurais.

Em se tratando de agir autonomamente e com um ní-

vel de consciência que contribua para sua própria libertação, os trabalhadores são vistos, tanto pela esquerda como pela direita (apesar das suas diferenças e antagonismos), como "incapazes" de forjarem seus próprios canais de libertação e por isso, precisam ser "guiados" pelos iluminados e detentores da "consciência e teoria científica". A "consciência" que sempre paira acima de todos e que nunca é a que existe concretamente.

Parcelas das esquerdas, com suas visões autoritárias e elitistas, pregam uma "libertação" bastante sui generis, que em essência não passa de uma nova forma de tutelar, de controlar os trabalhadores e por isso mesmo termina gerando seu contrário, a sua negação, que é a não aceitação, de parte de suas idéias e práticas, pelos trabalhadores rurais ou urbanos.

Bom, mas as coisas não acontecem tão maquiavelicamente assim e nem a história da atuação das esquerdas no meio rural segue rumos de forma linear ou ascendentes. Estas histórias são marcadas como já colocamos por muitas contradições e fricções. Por isso, em todos os momentos dessa trajetória encontramos os grupos ou pessoas vinculadas ou não às esquerdas, que passam a questionar determinados dogmas criados por estas. As dúvidas começam a surgir para o "agente externo" quando os trabalhadores colocam das mais diversas formas questionamentos sobre as atividades deste e por mais que a pessoa que "vem de fora" (ou mesmo o líder que reproduz o discurso e compreensão dos "agentes externos") como participante de um grupo de esquerda, tenha absorvido determinados

dogmas, ela começa a perceber em seus contatos com o trabalhador que este não é tão passivo e que está a todo momento pronto para colocar em cheque tudo que tem a intenção de castrá-lo, de limitar sua ação e criação.

Em parte, é dentro dessa percepção que se começa a questionar, a nível dos próprios grupos ou entidades que trabalham com cursos de formação, o caráter castrador e limitador que esta pode vir a assumir quando compreende o trabalhador rural como mero receptor, quase que passivo, de um conhecimento que se autodenomina de "científico".

Também, o conhecimento que é adquirido pelo trabalhador na sua relação com o "agente externo" é relido com os olhos da realidade em que aquele vive e é utilizado para alimentar sua luta por uma "libertação". A "libertação" que é também um "projeto político" que o homem do campo constrói ou tenta construir permanentemente, e longe de ser submetido ou apagado por outros "projetos" que dizem também ter a finalidade de libertar, deveria ser dinamizado a partir da compreensão de que numa sociedade de classes, marcada por fortes contradições, não se pode construir uma única saída para superá-la, mas diversas, porque a diversidade é a principal característica da história do homem.

Em síntese, partindo da reconstituição de alguns momentos da trajetória de Margarida Alves, como liderança do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande, tentamos compreender o caráter desta trajetória e as modificações que iam ocorrendo na relação entre Direção e Base do Sindicato, e na atuação do sindicato com a participação, iniciada ainda

durante as gestões de Margarida, de entidades e/ou grupos ligados a esquerda, que até então pouco atuavam no meio rural. As modificações que vão ocorrer nas atividades do sindicato e na relação entre direção e base marcam mais profundamente a direção que substitui Margarida, após seu assassinato, e continuar^{em} trazendo as mais variadas consequências para os rumos do sindicato, até hoje. As mudanças, ^{SEN}contidas por todos que estão envolvidos com as lutas no meio rural são questionadas e discutidas tanto entre as entidades, organizações de esquerda, como por parcelas dos trabalhadores rurais e a direção do sindicato, e estes questionamentos marcam o momento atual da "vida" do sindicato de Alagoa Grande.

N O T A SCAPÍTULO II

- 1/ Sobre a trajetória de Margarida Alves ver: José Roberto Novaes "Margarida Alves: uma líder sindical" in: Boletim ABRA, nº 5, set./out./1983, p. 3/17; Regina Novaes "Fala, Margarida!" in: Tempo e Presença, Rio de Janeiro, CEDI, nº 186, set./1983, p. 12/15; e Maria da Penha: "Violência Rural e Reforma Agrária", João Pessoa, Colina da Primavera Ed., 1986.
- 2/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 3/ Extraído de José Roberto Novaes, op. cit., p. 3/4.
- 4/ Extraído de Regina Novaes, op. cit. p. 14.
- 5/ Estamos considerando como "agentes externos" os grupos, entidades ou pessoas que atuam no campo com atividades de formação, assessoria, apoio, etc e que normalmente vêm "de fora".
- 6/ Entrevista concedida ao autor, em 03/10/87, por membro da direção do sindicato de Alagoa Grande, que faz parte também da direção estadual da CUT e da direção do CENTRU.
- 7/ Entrevista concedida ao autor por delegado de base do sindicato de Alagoa Grande, em 03/10/87.
- 8/ Entrevista concedida ao autor por suplente do sindicato de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 9/ Entrevista concedida ao autor por membro da direção do sindicato de Alagoa Grande, em 03/10/87. Idem nota 6.
- 10/ Consideramos que não é fácil detectar aonde os vários grupos e entidades que atuam no campo com atividades de formação, assessoria, etc têm compreensões comuns ou

que se aproximam uma das outras. De qualquer forma mesmo sabendo que não conseguimos contemplar todas as compreensões (mesmo trabalhando basicamente com entidades' que funcionam no âmbito da CUT), procuramos expor parte delas, desde já reconhecendo os limites da nossa compreensão.

- 11/ Com base nas leituras que fizemos compreendemos que apenas parcela da chamada "Igreja progressista" (vinculada a Comissão Pastoral da Terra-CPT) questiona os que vêem o sindicato de forma quase absoluta como "o órgão de classe" dos trabalhadores rurais.
- 12/ Extraído do "Anteprojeto de Escola Sindical", p. 4.
- 13/ Entrevista concedida ao autor por delegado de base do sindicato de Alagoa Grande, em 03/10/87.
- 14/ Maria da Conceição Cardoso: "Trajetórias de lideranças' de trabalhadores"., p. 57/58.
- 15/ Estamos considerando neste trabalho basicamente os grupos e entidades que atuam no âmbito da CUT e do PT.
- 16/ Extraído do "Anteprojeto de Escola Sindical", p. 8.
- 17/ "Esquerdas tradicionais ou reformistas" é normalmente ' como os PCs e MR-8 são vistos por organizações que atuam no âmbito do PT e da CUT (principalmente).
- 18/ Extraído do "Anteprojeto de Escola Sindical", p. 8.
- 19/ Idem, p. 7.

- CAPÍTULO III:

"CONSIDERAÇÕES FINAIS: "O Nosso Sindicato de cada dia e as Lutas no Campo".

Entrevista com líder do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande:

Perg.: Como é que o trabalhador vê o sindicato?

Resp.: "Uma parte deles vê como... já tem alguns, né? que já tem passado por um processo de formação, ele que já sabe o que é a concepção sindical e já sabe pra que é o sindicato, né? Ele já entende como um órgão de luta, como uma entidade de classe e o outro, uma boa parte da massa, ainda vê como um órgão assistencialista ...".

Perg.: Como explicar isto?

Resp.: "No processo da luta, né? Eu acho que ainda tão atrasado nesta questão ai e na questão da organização para reivindicar seus direitos. Muitas vezes o sindicato parou com isso, para dá assistência, mas aí o sindicato não tem dado muita resposta na questão do crédito, dos canavieiros, nessa conjuntura toda ai. As lideranças sindicais não tem valorizado a questão da formação, acha que você entendeu a luta de classe tá bom, acha que é trabalhador aqui patrão lá. Mas ai não questiona se capacitar pra saber como encaminhar uma reunião, uma luta, como dá andamento a essas coisas. É mais nisso que o pessoal (tem se afastado). A questão dos canavieiros (que estão afastados do sindicato e desmobilizados) deve tê sido mais essa conjuntura de 84 (gre

ve dos canavieiros de 1984) ... e nem também o movimento soube dá respostas as pequenas conquistas que venceram, né? Não se deixa passar, por exemplo, por que o pessoal do campo tem 13%? Tem que ter panfleto soltando por ai, mostrando a luta como foi conseguido". 1/

A história passada e presente dos sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba tem sido marcada por muitos impasses, controvérsias, compreensões e incompreensões e, mesmo, assim, continua caminhando em zigue-zagues, com altos e baixos e não linearmente.

Alguns sindicatos foram criados por grupos conservadores (ligados a Igreja, ao Estado e aos grandes proprietários de terra) e muitos destes continuam até hoje marcados por um aspecto autoritário, controlador e/ou assistencialista. Dificilmente estes sindicatos são reconhecidos pelos trabalhadores como um "órgão de suas lutas coletivas" ou como um "espaço" transformador da realidade em que vivem (os trabalhadores). Esta realidade é marcada pela dominação e opressão dos proprietários de terra. Estes sindicatos quando muito, são vistos com os olhos que sua história deixou ver: como um órgão de assistência médico-odontológica, etc, e essa não deixa de ser uma história, mesmo que não seja de "lutas".

Outros sindicatos, e estes são minoria, passaram por várias fases em sua história: surgiram com um caráter conservador-assistencialista, viveram durante um certo período a "história da assistência" e, dentro desta, conseguiram'

forjar uma história marcada por lutas de parcelas de trabalhadores e hoje continuam com este potencial de luta, mesmo que não venham crescendo linearmente, mas sim com altos e baixos. Enfrentando crises e superando-as ou simplesmente vivendo-as. Estes sindicatos apesar de darem assistência são reconhecidos principalmente pela sua capacidade de confronto com os grandes proprietários de terra e com o Estado. São no dizer de Moacir Palmeira "um corpo estranho que se introduz na relação entre proprietários de terra e trabalhadores rurais. "Corpo estranho" que apesar de estar "aberto" para todos os trabalhadores rurais, consegue ser representativo de apenas parcelas destes. ^{2/}

Existem ainda os sindicatos que surgiram num clima de lutas e confrontos entre proprietários e trabalhadores e, em 1964, sofreram intervenção do governo autoritário e passaram a desenvolver as práticas possíveis e permitidas, ou seja, a assistência. De lá para cá construíram uma história marcada pela assistência e é assim que são reconhecidos pelos trabalhadores.

E ainda ... tantas e tantas outras histórias de sindicatos que os conflitos no campo mostram.

Mesmo tendo histórias diferentes existe um ponto comum nestas várias trajetórias de sindicatos: elas foram construídas apenas por parcelas dos trabalhadores rurais (e muitas vezes com o apoio de grupos de esquerda ou entidades como a Igreja Católica, esta já em sua fase da "opção pelos pobres"). ^{3/} Ou seja, o sindicato de "luta" ou de "assistência" consegue ser representativo apenas de parcelas de

trabalhadores, sejam pequenos proprietários, arrendatários, moradores, foreiros e/ou assalariados.

Representar, como vem sendo historicamente, apenas parcelas dos trabalhadores do município não é "o problema" do sindicato, mas sim um dos seus limites concretos, que deve ser compreendido dentro da própria realidade em que ele se insere. E nesta realidade existem determinados mecanismos de controle e repressão estruturados pelos grupos dominantes locais, que concretamente eliminam ou limitam para muitos trabalhadores a participação no sindicato. Além disso, o sindicato enfrenta dificuldades para atender a diversidade de trabalhadores rurais que formalmente representa e, mesmo assim, algumas direções conseguem, em parte, superar alguns desses limites. E mesmo assim, questionamentos são colocados a todos os momentos pelos trabalhadores que se envolvem ou não com o sindicato e muitos destes trabalhadores já tentam visualizar "novas formas e espaços de lutas coletivas" que apontem para a superação de alguns dos limites do sindicato.

O sindicato de Alagoa Grande teve uma trajetória parecida com uma das colocadas acima: foi fundado, em 1962, por grupos conservadores da Igreja, apoiados pelo Estado e proprietários e assumiu um caráter principalmente assistencial. Com o golpe de 1964 sofreu rápidas pressões e a partir daí aumentou mais ainda seu caráter assistencialista. Mesmo dentro de um universo autoritário e assistencialista conseguiu romper com algumas de suas amarras e foi transformado pelos trabalhadores em um órgão também de lutas trabalhistas e pela terra.

Nesta fase de "transição" entre a assistência e a abertura para outras formas de luta surge a figura de Margarida Alves. Margarida vai, a frente do sindicato, dar um caráter mais organizado e coletivo às lutas de parcelas dos trabalhadores rurais. Como todo esse processo de mudança no sindicato ocorre numa sociedade contraditória e marcada pelos conflitos entre os vários grupos ou classes sociais, a cada passo que os trabalhadores dão para construir sua organização vão enfrentar a oposição ferrenha dos grandes proprietários de terra e é dentro desses confrontos que Margarida, como líder dos trabalhadores é assassinada, em agosto de 1983... A história do sindicato vai continuar por algum tempo marcada pela imagem da líder:

"Mataram Margarida. Sem dúvida muitos sentirão sua falta. Para os mandantes do crime tratava-se de calar para sempre uma líder sindical combativa e, ao mesmo tempo, usar sua morte para amedrontar outros líderes e trabalhadores envolvidos na mesma luta. Lembrando o que Margarida dizia sobre as Ligas, podemos dizer que para o movimento dos trabalhadores rurais sua vida e morte deixam "duas sementes". Aquela semente boa de uma prática sindical consequente que dá bons frutos. E aquela outra semente má, a do medo. A do medo Margarida já deu lições de como impedir que brote ...". ^{4/}

As mudanças que ocorrem no sindicato a partir da morte de Margarida vão estar profundamente marcadas pelo que ela havia construído junto com parcelas de trabalhadores e também pelas contradições que continuam a existir no

município. A direção do sindicato, agora tendo como Presidente José Horácio, rompe com o PDS e assume a nível de política local uma posição de confronto com os dois grupos que dominam política e economicamente Alagoa Grande: o "grupo da usina", liderado por Agnaldo Veloso Borges, que é vinculado ao PDS-PFL e o "grupo de oposição" a usina, liderado por João Bosco Carneiro e ligado ao PMDB.

A posição de confronto aberto que a direção do sindicato (parte dela identificada com o PT) assume após a morte de Margarida em relação aos grupos dominantes locais (até sua morte, Margarida "apoiou" o PDS nos períodos de eleições) vai marcar os caminhos percorridos pelo sindicato daí por diante:

"... E o problema do sindicato aqui em Alagoa Grande rapaz é esse. A atividade do sindicato é essa. A maioria dos trabalhadores botaram na cabeça, porque ai tem o político João Bosco Carneiro (que) botou na cabeça que (o trabalhador) tem direito com ou sem sindicato e a maioria do fracasso do sindicato foi esse ... Eu nunca acompanhei o palpite dele mas sempre 'eu gosto de olhar de perto pra contar de certo'. Eu acompanhei os comícios em qualquer ponta de rua. Eu ia ao do PMDB, PDS, PFL. Eu ia olhar, escutando ... e os políticos mete o pau no sindicato, tanto do lado da usina como de João Bosco Carneiro. João Bosco chamava Margarida lá no comício: 'Margarida é uma sem-vergonha, é uma ladra, enganadora dos trabalhadores. Vocês estão sendo enganados trabalhadores. Vocês tanto faz pagar sindicato como não, aquela porqueira, quando precisarem venham na casa de João Bosco Carneiro, que aqui tá João Bosco Carneiro'. Ai quan

do terminava aquele comício, ele cantava: 'Oi doutor Bosco é um pai eu quero ver, ninguém ' fazer o que ele faz ...' Ai cantava aquela música, enrolava o povo, ai o povo batia palma' e ai muita gente rasgava a carteira do sindicato dizendo: 'vou rasgar essa porqueira aqui, olha!'. ^{5/}

Este depoimento mostra o quanto o sindicato ou as pessoas ligadas a ele são perseguidas em um município dominado politicamente por grandes proprietários de terra e mostra, ao mesmo tempo, o peso político que o sindicato tem, que faz com que ele seja, de um lado, uma referência, mesmo que limitada, para parcelas de trabalhadores nos períodos ' de eleições e nas lutas por terra, salário, crédito, e etc. e por outro, é combatido das mais diversas formas pelos grupos dominantes locais. Dentro dos limites, o sindicato de Alagoa Grande se tornou uma referência de "poder" para parcelas dos trabalhadores nos confrontos e relações com os grandes proprietários de terra:

"O sindicato daqui trabalha bem ... Eu vou dizer uma coisa se não fosse esse sindicato ... Eu vou dizer uma coisa o pobre tem mais direito da vida da gente ... o pobre começou, praticamente, dentro do sindicato. Se não fosse isso esses povos, esses senhores de engenho ainda era que nem de primeiro que eles dizia assim: 'o morador hoje não dorme na casa'. O pobre ficava com ar de maluco no meio do mundo ... agora depois que houve essas leis do sindicato, ai eles (patrões) sempre teme alguma coisa ... porque de primeiro um pobre não tinha direito a nada... havia ... se ele dissesse assim, botasse um

trabalhador fora não tinha direito a dá nada ao trabalhador, mas agora tem deles que ainda né? Dá o ... o ... mode o sindicato, mode o sindicato ... Eu, eu vou pagando o sindicato' porque sempre os direitos da gente é cobra - do pelo sindicato, pelo sindicato ... A gente, esse povo (patrões) fazia da gente o que queria, né?". 6/

Esta compreensão do trabalhador sobre o sindicato' não deixa de ser marcada por algumas ambiguidades. Por um lado, ela reflete a importância que o sindicato, principalmente o "de luta", assumiu para o trabalhador do campo que agora tem a quem recorrer quando do seus conflitos com os patrões. Aí o sindicato tornou-se o mediador que "rompe" ou questiona o poder quase absoluto dos proprietários, senhores de engenho, usineiros, etc. Mas por outro lado, o mesmo trabalhador que tem esta visão do sindicato, muitas vezes não recorre a este em momentos de "precisão":

"Eu trabalhei aqui dois anos com Zé... isso aqui é latifúndio, sabe? Trabalhei dois anos no carro dele de dia e noite, enchendo o carro ... Ai no correr de dois anos, trabalhando direto no inverno e verão! No verão era na cana, enchendo carro e no inverno era trabalhando limpando a cana dele ... No dia que eu saí, no correr de dois anos ele não teve jura de mim dá Cr\$ 12.000 (doze mil cruzeiros) num dava pra eu comprar uma carteira de cigarro.' Ai eu achei que ele fez de mim um esmolé (...) E muita gente mim deu muito conselho: rapaz vai lá embaixo (no sindicato) e ... eu disse: não, deixa ...". 7/

O assassinato de Margarida vai ter influências di-

versas sobre os trabalhadores: a não punição dos mandantes do crime, a postura "nova" da direção vão ser motivos tanto do afastamento como da aproximação de trabalhadores ao sindicato. Uns passam a ver na "nova" direção uma razão para continuarem tentando superar o "medo" que atinge a todos individualmente. Estes se engajam nas atividades e lutas do sindicato podendo se tornar "líderes de base" ou simples participantes do cotidiano do sindicato. Outras parcelas de trabalhadores aumentam o "medo" e a compreensão de que trabalhador no meio dos poderosos "não tem defesa", a lei ali é e sempre foi a dos poderosos e o destino dos trabalhadores que lutam contra estes é a perseguição, repressão e até a morte. A saída é a que a consciência aponta: o afastamento da entidade que mesmo podendo trazer alguns benefícios pode trazer também a morte.

Muitos dos trabalhadores que tomam essa posição às vezes podem ser vistos em época de eleições "junto aos poderosos" tentando, de outra forma, conseguir aquilo que o confronto direto através do sindicato não conseguiu e isto também não deixa de ser "uma forma de lutar". Nos momentos propícios quando o "medo" for novamente coletivizado, talvez eles voltem para o sindicato ou descubram e criem outras formas de lutas coletivas que não a sindical. Mas com ou sem sindicato a luta continua.

Dentro dos confrontos que ocorrem entre trabalhadores e grandes proprietários de terra, o sindicato de Alagoa Grande é um dos primeiros a lutar por questões que ultrapassam a simples assistência médico-odontológica e jurídica. Es

sa luta enfrenta a todo momento a repressão dos patrões:

"Então a gente foi um dos primeiros sindicatos a batalhar sobre o problema de luta pela carteira assinada, pelo 13º. Depois outros vêm chegando. (...) Ai a gente começou a ser ameaçado, perseguido. Achavam que era somente a gente que estava fazendo agitação. A gente não tava fazendo nada disso. A gente tava apenas querendo cumprir com o nosso dever. A gente tava querendo mostrar para o trabalhador aquilo que é direito, o direito que ele tem. Não é o trabalhador ficar pensando que o sindicato é dentista, que sindicato é um médico. A gente quis mostrar para o trabalhador isso, tirar essa máscara dele, porque tem muitos que pensa que o sindicato é isso. Aí, por causa disso, é que os proprietários daqui não engolem a gente... Dizem que é só Alagoa Grande que faz essa Revolução com a gente. Agora que outros sindicatos estão lutando também, a gente tá sentindo que a perseguição contra a gente já diminuiu". ^{8/}

Com a morte de Margarida, em 1983, o sindicato continua participando ativamente da Campanha Salarial, ^{9/} que havia iniciado seus preparativos desde o ano de 1980, com as Semanas Sindicais. ^{10/} Em 1984, é deflagrada a Primeira Greve dos Canavieiros da Paraíba e o sindicato de Alagoa Grande teve uma participação destacada na greve sendo, inclusive, palco de muitas violências por parte dos usineiros e grandes proprietários locais:

"Às três horas da manhã uma equipe do sindicato é atacada no principal ponto de embarque de bóias-frias, por patrões e capangas "

armados de espingarda de grosso calibre e pistolas, sob o comando de Zito Buarque. Iniciada a pancadaria, alguns companheiros conseguem escapar, outros, como o presidente do sindicato, José Horácio da Silva, sua esposa Maria da Penha do Nascimento (que faz parte da diretoria do CENTRU), um assessor, Vanderlei Amado e um trabalhador são empurrados para dentro do carro do sindicato, que tem os seus vidros estilhaçados a golpes de coronhada e canos das armas, estando os companheiros em seu interior. Comandando o ataque, Zito Buarque gritava: 'Não matem ainda não!' e segurando o assessor pelos cabelos: 'Se sair no Jornal você é um homem morto!'. Outras equipes também sofreram agressões". 11/

Os resultados das duas greves que houve a nível de Paraíba, em 1984 e 1986, e nas quais o sindicato esteve envolvido foram bastante limitados. Os trabalhadores conseguiram sair com algumas de suas reivindicações atendidas, só que segundo as entidades sindicais (FETAG, CUT e sindicatos) e os próprios trabalhadores os ganhos conquistados com os dissídios não foram respeitados pelos patrões, ou seja, os patrões utilizaram todos os meios possíveis para tornarem "letra morta" as conquistas dos trabalhadores.

Mesmo não sendo nosso objetivo analisar com maior profundidade o caráter e as implicações das greves dos canavieiros na Paraíba, em 1984 e 1986, consideramos importante apreender algumas de suas implicações e repercussões para o sindicato de Alagoa Grande.

Na compreensão de grande parcelas de trabalhadores

que se envolveram com as greves dos canavieiros em Alagoa Grande, os resultados são vistos como "negativos": "os trabalhadores não tiveram muito resultado". É fácil ouvir estas palavras na boca dos trabalhadores, muito embora não seja tão simples detectar suas dimensões e conseqüências.

Para os trabalhadores que se envolveram com as greves com todas as dificuldades que essa implica, como a dura repressão e perseguição dos patrões, o não cumprimento das conquistas aprovadas em lei significa, pelo menos para alguns, que continua a prevalecer o poder e a força dos patrões, que além de utilizarem mecanismos de repressão contra os que participaram das greves chegam até a retirar conquistas já antigas dos trabalhadores.

Essa marca da "derrota", que é muito presente na maioria dos trabalhadores que participaram dos movimentos grevistas, tem como desaguadouro mais próximo o distanciamento do sindicato e das lutas e atividades organizadas por este. A luta realizada a altos custos parece não ter deixado para os trabalhadores marcas positivas, mesmo que as greves tenham marcado momentos muito ricos no questionamento do poder dos grandes proprietários. Como no "final das contas" prevaleceu ainda a força destes a impressão que os trabalhadores tem, e não sem razão, é que mais uma vez saíram "derrotados" nos confrontos com os proprietários de terra. Como nos locais onde o sindicato é mais atuante a greve aparece como "uma luta do sindicato", então a conseqüência mais presente é o afastamento do trabalhador que passa a não mais acreditar "em sindicato".

Numa avaliação feita em outro nível e com outras perspectivas, temos várias entidades de apoio, Partidos Políticos de esquerda, Centrais sindicais, FETAG, CONTAG. Para estas, além da constatação das falas dos trabalhadores ou outras questões e fatores que complexizam o processo de greve devem ser compreendidos.

Frequentemente as avaliações que surgem nestas entidades estão marcadas por suas concepções de luta, de organização sindical, etc. e pelas divergências que mantêm entre si. Nas avaliações destas entidades dificilmente se consegue apreender o processo numa mesma ótica ou de forma homogênea. No entanto, pela riqueza do movimento e pelo envolvimento dos mais diversos grupos no mesmo surgem, a partir das várias avaliações, algumas questões que contribuem, de certa forma, para a organização de movimentos que virão e no encaminhamento de lutas do dia a dia dos sindicatos.

Grande parte da tônica das avaliações de entidades que organizaram, assessoraram ou apoiaram as greves corre paralelamente com a constatação de que as greves não trouxeram grandes benefícios para os trabalhadores. Os motivos podem ser a falta de organização e a pouca mobilização dos trabalhadores, durante e no pós-greve, a repressão dos patrões, apoiados pelo Estado, a greve ter se dado no âmbito da legalidade, alguns grupos participarem só para tirar proveitos do movimento, etc. No entanto, ficou para quase todas as entidades alguns saldos positivos ou pelo menos que apontam para isto, ou seja, a experiência e os confrontos abertos entre patrões e Estado contra trabalhadores deixou uma certa

"consciência" para estes últimos e se este "ponto positivo" for bem trabalhado ele trará avanços para os movimentos posteriores. Ou seja, além de qualquer benefício concreto o "saldo positivo" é exatamente a "conscientização" que a greve deixou.

Bom, é inegável que os dois lados dessa mesma moeda existem e podem ser percebidos concretamente pelos trabalhadores que viveram o movimento, mesmo sendo inegável que a "derrota" está mais presente nas palavras e atitudes dos trabalhadores, tanto que o líder que nos deu a entrevista que iniciamos este capítulo é bastante enfático em associar os resultados das greves com o distanciamento que existe até hoje dos canavieiros com relação ao sindicato.

Para nós, os resultados mais significativos são aqueles que apontam de um lado, para o rompimento do isolamento dos trabalhadores rurais nas suas lutas no âmbito do município e, por outro, porque mostram as possibilidades e limites do sindicato e deixam, em aberto caminhos e experiências "novas" que podem ser dinamizadas na perspectiva de virem fortalecer as lutas coletivas dos trabalhadores rurais, seja no âmbito do local de trabalho, de moradia ou do município.

Além de participar das Campanhas Salariais de 1984 e 86, o sindicato de Alagoa Grande, mesmo com muitas dificuldades e problemas acumulados durante sua história tem tentado, dentro de certos limites, ligar suas várias possibilidades de luta e mobilização para a conquista de algumas reivindicações dos trabalhadores do município. Estes, co

mo têm na diversidade uma de suas principais características, que para muitos é um limite, contribuem para que o campo de ação do sindicato seja bastante amplo e complexo.

Nas atividades que o sindicato tem realizado ^{12/}os pequenos proprietários continuam sendo os mais engajados. Com os pequenos proprietários o sindicato tenta organizar bancos de sementes através de financiamentos do Estado; luta por créditos através da EMATER (Projetos São Vicente e Nordeste) ^{13/} e faz trabalhos de "conscientização, através de reuniões, encontros, cursos de formação, etc.

Com os Sem Terra nas áreas de conflitos ainda em litígio ou já conquistadas recentemente, organiza-se assentamento, acampamentos para pressionar o governo do estado na expropriação e/ou compra de terras para os trabalhadores, ocupações de terra, luta por créditos, etc. Há também com estes o trabalho de "conscientização, através de palestras, cursos de formação para sem terras, e reuniões para discutir questões de interesse destes trabalhadores que lutam por terra".

A terra é para muitos uma das principais bandeiras de luta dos trabalhadores rurais, tanto pela ligação histórica que estes tem com a ^{ela}terra, que faz desta "parte de suas vidas ou a continuação da vida do trabalhador rural", já que (a terra) aumenta as possibilidades de sobrevivência e reprodução da família, como também porque a terra pode ser "um meio de libertação" do trabalhador, liberdade de plantar o que quiser e de não se "assujeitar" aos usineiros e grandes proprietários de terra e também ter um certo poder de se con

trapor ou enfrentar os grandes proprietários:

"... O trabalhador assalariado tem salário até fevereiro. Março quando começa a chover, começa a parar, ai cadê terra ... Eu mesma, na minha concepção, critique quem quiser, mas acho que a gente só vai ter uma Campanha Salarial boa, na medida em que você tiver pelo menos 50% (dos trabalhadores) na terra. Nós temos o exemplo disso aqui, tem 52 famílias que estão morando ai em Quitéria (área comprada pelo Estado) que não trabalham na cana, a não ser que esteja livre e folgado. Mas eles passar fome pra ir trabalhar ... muitos deles tem sua vaca de leite, mamão, laranja, roça ... e isto vai dando pra sobreviver. E esses que ainda vão trabalhar na cana, se disser assim: pára, eles pára uma semana e não passa fome". 14/

Com os assalariados o sindicato tem passado por grandes dificuldades, que de certa forma, foram reforçadas pelos "fracos resultados" das duas greves dos canavieiros (84 e 86), além de vários outros problemas. A pequena produção da usina Tanques, se comparada com as outras usinas do litoral da Paraíba, como também os baixos salários pagos aos canavieiros, faz com que grande parte de assalariados ou "semi-assalariados", que moram nas pontas de rua e nos distritos de Alagoa Grande, se desloquem durante a semana para a Várzea da Paraíba a procura de trabalho e melhores salários. Isto termina por dificultar ainda mais a possibilidade de mobilização de parcelas significativas de trabalhadores, que, por estarem fora do município durante a maior parte da semana, quando retornam aos sábados não tem tempo, dispo-

sição e interesse de participarem das atividades do sindicato:

"... Tem os trabalhador que dá valor (ao sindicato) mas que não tem tempo, porque vive preocupado com o serviço. Na realidade vive mesmo, né? Porque o pessoal que trabalha pela Várzea da Paraíba, chega em casa cansado. Nos domingos às vezes vão caçar. Hoje (sábado) estão preparando a roupinha pra voltar novamente, né? É um pessoal que quase não tem tempo mesmo, né? E os que lidam com a gente, esses que não sai pra fora são os que sempre acompanham, vai uma reunião, esses já tem um entendimento". 15/

Mesmo os assalariados que trabalham nas propriedades da usina Tanques e dos fornecedores do município demonstram pouca participação no sindicato, principalmente pela dependência com relação ao emprego, pela repressão que é utilizada pelos patrões que perseguem os trabalhadores que são sócios ou que participam do sindicato e ainda, com muita importância, os políticos locais que utilizam suas posições de poder para combater o sindicato.

De uma forma geral, o sindicato de Alagoa Grande continua hoje, não no mesmo nível, com os trabalhos de organização e mobilização "iniciados" principalmente durante as gestões de Margarida e procura explorar todas as possibilidades que as lutas no âmbito local, estadual e nacional colocam. Para tanto, enfrenta os mais variados tipos de oposição e adversidades, seja, internamente, com a diversidade de categorias que formam a base da entidade (pequenos proprietá -

rios, foreiros, arrendatários, assalariados, etc). Esta diversidade por um lado, deixa em aberto um amplo leque de possibilidades de atuação, por outro enfrenta problemas de mobilizar, conjuntamente, essas categorias em torno de algumas bandeiras de luta que sejam comuns a todos, além da própria diversidade de compreensões dos trabalhadores sobre a realidade e suas lutas; e externamente, ou seja, a nível de antagonismos de grupos ou classes sociais, o sindicato enfrenta a todos os momentos e a cada passo as oposições dos grupos dominantes locais, que tendo na grande propriedade a base de seu poder, controlam também quase todas as instituições do Estado, que funcionam no âmbito do município. Mesmo com as divergências entre os grupos que dominam política e economicamente o município, que em alguns momentos podem "abrir" determinados "espaços" para a atuação do sindicato, estes são inquestionavelmente a referência das lutas do sindicato, ou seja, são concretamente tanto a razão da sua própria existência como o impecilho maior para seu avanço e crescimento:

"(...) A maioria do povo que se dá isso (gado que o proprietário de terra coloca dentro da roça para expulsar o trabalhador) eles não tem o sindicato. O patrão também diz: 'Você paga aquela porqueira, o presidente do sindicato tá lá e vocês ainda vão levar dinheiro para ele'. Enquanto isso, o patrão tá comendo tá explorando êle (trabalhador) toda hora e todo tempo. O patrão vê que o sindicato lá, tá defendendo os direitos do trabalhador e vê aquilo que tão fazendo com o trabalhador ai coloca ele, atiaia logo ...". 16/

É dentro desses confrontos no dia a dia contra os grupos dominantes locais e tentando superar a diversidade de categorias de trabalhadores, que o sindicato mostra tanto o seu potencial de lutas coletivas como também os limites que enfrenta. É na observação e no desenrolar das lutas que se pode perceber, através dos questionamentos que surgem, que o sindicato é apenas um dos canais de luta dos trabalhadores e que mesmo podendo ser um dos mais dinâmicos, dependendo de seu reconhecimento pelos trabalhadores e da direção que está a frente das lutas, mostra também que outros canais de expressão coletiva podem ser criados pelos trabalhadores, tanto numa perspectiva de complementar as lacunas que o sindicato não consegue ocupar, como também ser representativo de outros "projetos políticos" ou de outras compreensões de parcelas dos trabalhadores, que não se sentem representados no sindicato. Isto porque o campo continua sendo marcado pela diversidade que lhe parece inerente.

Da diversidade que existe no campo, especificamente no município de Alagoa Grande, surgem a possibilidade de nascimento de idéias e práticas que não têm como referência o universo sindical, mas que estão embasadas pelas lutas que a maior parte dos trabalhadores, sejam assalariados, pequenos proprietários, etc., travam no seu dia a dia para sobreviver. Estas lutas, que para muitos grupos de esquerda "não existem" são criadoras e recriadoras de um leque muito amplo de formas de enfrentamento dos trabalhadores com os patrões e como é frequente, enfrentam também a oposição ferrenha destes.

A perseguição constante dos patrões aos trabalhadores no local de trabalho e/ou de moradia atestam que estas formas de lutas, individuais ou coletivas, existem e mesmo não tendo o caráter de um confronto aberto podem vir a desembocar em uma resistência coletiva na terra, numa ocupação de terra ou num paradeiro.

Estas formas de luta estão presentes em todos os momentos da vida dos trabalhadores e são as que acompanham mais de perto a dinâmica dos confrontos, que surgem dentro das próprias unidades produtivas (usina, engenho, fazenda, etc.) ou a partir do local de moradia dos trabalhadores, onde frequentemente a opressão e dominação tendem a ser mais fortes, porque estes são os "espaços" potencialmente expostos e abertos para a coletivização das reações dos trabalhadores e portanto, locais onde tende a surgir os questionamentos a essência da dominação e exploração capitalistas.

Ao mesmo tempo que criam formas de resistências ou que acompanham cada investida dos grupos dominantes, essas lutas envolvem em alguns momentos o universo sindical: por um lado, muitas direções sindicais percebendo a importância e dinamicidade de lutas como paradesiros, resistência na terra, tentam assimilá-las e investir na sua maior dinamização. Claro está que a partir do envolvimento do sindicato essas formas de luta podem tanto perder suas potencialidades, ou seja, podem vir a ser subordinadas a própria lógica das atividades do sindicato, como podem ser dinamizadas de forma a manterem o caráter "criativo" com que surgiram e

se tornar fortes referências nas lutas dos trabalhadores. A mudança do caráter dessas lutas pelo sindicato pode tanto vir a ser positivo para sua dinamização como pode descaracterizá-las e levá-las ao "desaparecimento". Dentro das possibilidades colocadas por esta relação entre formas de lutas criadas cotidianamente a margem do sindicato e as atividades deste, as saídas podem ser as mais diversas possíveis.

O importante nesta possível relação é compreender que as lutas cotidianas têm certa lógica, mesmo que apareçam para muitos como "submetidas", que devem ser compreendidas, isto porque os trabalhadores que são protagonistas desses "embates" resistem dentro do que é possível e mesmo podendo vir a romper os limites impostos pelos grupos dominantes, isto só acontece quando a correlação de forças se mostra favorável, quando existe uma "certa segurança". O sindicato tanto pode vir a ser o canal que favorece a mudança na correlação de forças como também o instrumento que pode quebrar a "lógica" da luta e acabar com a "segurança" que existia até então para os trabalhadores.

Fora dessa relação com o sindicato as lutas cotidianas podem desembocar ou criar muitas possibilidades: manter-se durante um certo tempo apenas "reproduzindo" as relações de dominação e servindo como meio de se barganhar determinados benefícios junto aos proprietários, políticos locais, etc., e ter "sempre esse caráter"; pode desembocar em uma associação ou outro "espaço" coletivo, onde com seus "líderes" intensificam os enfrentamentos com os patrões e

podem vir a se tornar uma referência para os trabalhadores da comunidade, engenho, distrito, etc e conquistar alguns benefícios para todos. Neste caso, os trabalhadores já têm mais força e poder nas suas relações com os proprietários, iniciando um rompimento com a posição de poder destes.

As possibilidades do avanço destas lutas que ocorrerem à margem do sindicato tem como limite a oposição dos grandes proprietários. Esta oposição pode apontar para a destruição de qualquer luta coletiva que esteja sendo gestada pelos trabalhadores e quando estas lutas em gestação ou já com certos avanços são interrompidas, a tendência é os trabalhadores voltarem à formas de resistência individuais.

De qualquer forma e com os limites que as lutas dos trabalhadores enfrentam numa sociedade de classes, chamamos a atenção para os germes de "projetos políticos" que são gestados nesses "espaços" de movimentação dos trabalhadores e que mesmo não negando a existência de entidades como o sindicato são questionamentos constantes aos limites reais que estes enfrentam, ao mesmo tempo que são "gritos" contra o "silêncio" a que estas formas de lutas são submetidas. São verdadeiros "gritos" contra os grupos dominantes e contra aqueles que por conta de determinados dogmas "calam" diante destas formas de luta.

No atual momento por que passa(m) as lutas dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, sejam elas travadas no âmbito do sindicato ou não, é colocada como muito importante a questão da direção destas lutas e das lideranças que elas podem vir a criar. Como já vimos (Capítulo II), as lide

ranças sindicais em Alagoa Grande estão fortemente marcadas, principalmente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, pela presença e relações multifacetadas com entidades ou organizações influenciadas pelas esquerdas (CUT, CENTRU, SEDUP, PT, MST - Movimento dos Sem Terra ^{17/}) e, a entrada destes últimos como agentes no processo de lutas do sindicato deu novos contornos e tendem a continuar influenciando nas lutas e atividades do sindicato de Alagoa Grande.

A presença dos aqui denominados "agentes externos" nas lutas dos trabalhadores rurais não podem ser vistas simplesmente como positivas ou negativas, mas sim devem ser compreendidas a luz da atuação daquelas e das mudanças que operam em todo o universo de relações do sindicato com os grandes proprietários de terra, com o Estado e com os próprios trabalhadores.

No que diz respeito a questão das lideranças sindicais há, com a presença dos "agentes externos", várias modificações na relação direção-base que precisam ser analisadas pelos próprios participantes do processo de lutas no meio rural (trabalhadores e lideranças sindicais e "agentes externos"). Estas análises não podem ser compreendidas simplesmente por apenas um dos grupos que vivem as lutas no campo, mas sim considerando as falas de todos.

Isto nos leva a perceber que tornar-se liderança no meio rural não pode ser compreendido à margem e fora deste universo (rural) e muito menos sem o reconhecimento dos trabalhadores que são a própria razão da existência de lide-

ranças.

Os "agentes externos" dependendo da capacidade de percepção do que é o meio rural e de como implementem os cursos de formação, capacitação e da assessoria, podem tanto contribuir para a dinamização das lutas no campo, como muitas vezes acontece, a partir do possibilitar o aumento da capacidade de atuação da liderança na sua realidade, como, contrariamente, podem quebrar a lógica da relação entre liderança, base e realidade e provocar um distanciamento entre ambos, que passa a ser um bloqueio na relação de reciprocidade que existia até então entre direção e base.

O campo, como qualquer outro "espaço" de uma sociedade de classes está marcado por muitas contradições e, como não poderia deixar de ser, qualquer pessoa ou grupo que viva ou passe a atuar aí, vai ser envolvido por estas contradições.

A formação sindical, política e a assessoria que determinadas entidades ou organizações prestam às organizações dos trabalhadores rurais podem, como vimos, se tornar tanto impulsionadores como "impecilhos" para os avanços das lutas no campo e, mesmo não negando sua importância e necessidade, consideramos que elas devem ser sempre marcadas por questionamentos. Questionamentos que se voltem para compreender a fundo a relação entre "agentes externos", sindicatos e trabalhadores de base e que deixem de considerar o trabalhador ou liderança rural como meros "depósitos de conhecimentos que vêm "de fora" ou o "agente externo" como "nocivo" as lutas dos trabalhadores no campo.

Como considerações finais queremos chamar a atenção para os "resultados" a que chegamos no desenrolar deste trabalho que merecem ser colocados porque apontam para as nossas pretensões e, ao mesmo tempo, mostram os limites do trabalho.

Compreendemos que a história tem uma dinamicidade bastante difícil, se não impossível, de ser apreendida de forma absoluta. Por isso, não foi nem é nossa intenção generalizar nem absolutizar qualquer dos questionamentos ou "resultados" a que chegamos nesse trabalho. Não temos qualquer pretensão de que isto seja feito e consideramos que os "resultados" dessas reflexões, que tem como suporte uma vivência no campo, por mais que envolvam um grande leque de questões e grupos sociais que atuam nos mais diversos "espaços" da sociedade, são apenas partes do universo rico que é (tem) uma sociedade de classes e é nessa perspectiva que queremos ser compreendidos.

Não pretendemos mostrar alternativas absolutas às práticas e compreensões que existem sobre e no meio rural. Isto porque nosso trabalho pretende ser um questionamento contra os que tem esta perspectiva e chamamos a atenção de certas correntes de "pensamento" que atuam seja no âmbito acadêmico ou da militância no meio rural para o que consideramos representar um pouco a vida e luta de parcelas dos trabalhadores rurais e seus anseios de "transformações sociais" e na luta contra a dominação. Este trabalho é uma tentativa bastante limitada de compreender o "silêncio" aparente dos trabalhadores rurais e mostrar que esse "silêncio" é um cons

tante "grito" na luta contra a dominação. Luta que não escolhe dia, local, nem hora para ocorrer, simplesmente porque é a própria essência das sociedades de classes.

N O T A SCAPÍTULO III

- 1/ Entrevista concedida ao autor, em 03/10/87, por membro da direção do sindicato de Alagoa Grande e que também faz parte da direção do CENTRU e da direção estadual da CUT-Pb.
- 2/ Tiramos esta compreensão de Moacir Palmeira, do trabalho de Orlandil Moreira: "Surge um novo sindicalismo: Estratégias de Organização", p. 2.
- 3/ Sobre a mudança da Igreja Católica com relação aos movimentos sociais no campo, na Paraíba ver: Ivalmira da Silva: "A atuação da Igreja no Conflito de Alagamar (1975-1980)", p. 22-23.
- 4/ Roberto Novaes: "Margarida Alves: Uma líder sindical", p. 17.
- 5/ Entrevista concedida ao autor por suplente da direção do sindicato de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 6/ Entrevista concedida ao autor por trabalhador rural de Alagoa Grande, em 04/10/87.
- 7/ Ídem.
- 8/ Regina Novaes: "Fala, Margarida!", p. 15.
- 9/ "Campanha trabalhista movida por 32 sindicatos de trabalhadores rurais, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura e pela CONTAG, cujas principais reivindicações são: Assinatura da Carteira de Trabalho, pagamento do 13º salário, férias anuais, destinação de duas hectares para produção de alimentos, jornada de trabalho de 8 horas". Extraído de Regina Novaes, op. cit. p. 15.
- 10/ "A Semana Sindical" é sempre realizada na semana que antecede o 1º de maio. Sua programação é tirada pelo grupo de sindicalistas e assessores e prevê a realiza -

ção de discussões com os trabalhadores, nas reuniões nos sítios e com os delegados de base, atividades estas que culminam numa grande concentração no 1º de maio". Extraído do "Relato da participação do CENTRU no 1º Dissídio Coletivo dos Canavieiros do Estado da Paraíba", p. 1.

11/ Idem, p. 14.

12/ As informações sobre as atividades do sindicato de Alagoa Grande com pequenos proprietários, Sem Terras, assalariados, foram extraídas do "Relatório de reunião de avaliação do STR de Alagoa Grande", p. 11-12.

13/ Sobre o Projeto Nordeste ver: "Projeto Nordeste: Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor". Governo do Estado da Paraíba, dez./1986 e Relatório do I Encontro de STRs sobre o Programa de apoio ao pequeno produtor - (PAPP) - FETAG-Pb, fev./87.

14/ Entrevista concedida ao autor por membro da direção do sindicato de Alagoa Grande, em 03/10/87. Ídem nota 1.

15/ Entrevista concedida ao autor por delegado de base do sindicato de Alagoa Grande, em 03/10/87.

16/ Entrevista concedida ao autor por suplente da direção do sindicato de Alagoa Grande, em 04/10/87.

17/ Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ver: "Movimento Sem Terra: Construindo o caminho". São Paulo, jun./1986; e Jornal dos Trabalhadores Sem Terra.

- BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS.

I - Fontes Escritas:

a) Livros, Dissertações, Monografias, Artigos, Projetos, etc.

ARAÚJO, Ma. da Glória B. de. Pequena Produção em Remígio: reprodução ou ruptura (desagregação) dos moldes tradicionais? Proposta de trabalho apresentada na seleção do Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, Campus II. Campina Grande, 1986 (mimeo).

AUED, Bernadete W. A Vitória dos Vencidos. Partido Comunista Brasileiro - PCB - e as Ligas Camponesas (1955-1964). Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Campus II. Campina Grande, 1981. (mimeo).

AZEVEDO, Fernando A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Ivone V.T. Mudanças sociais na agricultura e suas implicações para o sindicalismo rural (um estudo das transformações em Sapé - 1950-1980). Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985. (mimeo).

- BASTOS, Elide R. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BENEVIDES, Cezar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- BERTOLAZZI, Annalisa & TOSI, Giuseppe. Poder e sindicalismo rural da Paraíba. Texto apresentado no curso "Poder Local e Estado Nacional" do Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985. (mimeo).
- BRITO, Paulo Afonso B. de. As mobilizações dos trabalhadores pobres e as conseqüentes formas de organização. Projeto de dissertação apresentado ao Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, Campus II, Campina Grande, 1987. (mimeo).
- CADERNOS CEDI: Canavieiros em Greve: Campanhas salariais e sindicalismo. São Paulo, nº 14. Dez./1985.
- CARDOSO, Ma. da Conceição M. Trajetórias de lideranças de trabalhadores. Estágio Supervisionado II, Curso de Ciências Sociais, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1986. (mimeo).
- CHAUF, Marilene. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 198__.
- CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia

Rural, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1982.
(mimeo).

DURHEIM, Émile. Coleção os Pensadores. Seleção ' de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto R. de Moura .../ et al./.' São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FERREIRA, Aurélio José de A. Violência e resis - tência no meio rural paraibano (ligas Campone sas e os casos de Engenho Geraldo, Alagamar e Camucim). Monografia apresentada na Conclusão do Curso de Bacharelado em História, UFPB, Cam^upus II, Campina Grande, 1983. (mimeo).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. de Roberto Machado, 4.^a ed. Rio de Janei ro. Graal, 1984.

MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa. São Pau lo, Brasiliense, 1982.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a políti ca no Brasil. 2.^a ed., Petrópolis, Vozes, 1983.

MIELI, Neide. A mulher na palha da cana. Disserta ção apresentada ao Mestrado em Sociologia ' Rural, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985. (mimeo).

MORAES, Severino M. de. O Sindicato de trabalha dores rurais de Alagoa Nova-PB: dominação e mudança (1963-1985). Monografia apresentada '

na Conclusão do Curso de Bacharelado em História/UFPB, Campus II. Campina Grande, 1986. (mimeo).

MOREIRA, Orlandil de L. Sindicalismo rural no Brejo Paraibano: Perspectivas de autonomia no SRT de Guarabira. Estágio Supervisionado II, Curso de Ciências Sociais, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1984. (mimeo).

_____. Surge um novo sindicalismo: estratégias de organização. Proposta de trabalho apresentada na Seleção do Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985.

MOVIMENTO SEM TERRA. Construindo o caminho. São Paulo, jun./86.

NETTO, José Paulo. O que é Marxismo. 2^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

NOBRE, Gismário F. A origem do sindicalismo rural na Paraíba. Trabalho apresentado no 12^o Encontro dos Grupos temáticos do PIPSA, realizado em Campinas, São Paulo, Abril/1987. (mimeo).

NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: Uma líder sindical. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA - Campinas, nº5, Set. e Out./1983, p. 3-17.

NOVAES, Regina C. R. Fala, Margarida! in: Tempo e Presença, Rio de Janeiro, publicação CEDI, nº 186, set/1983., p. 12-15.

PENHA, Maria da. Violência rural e Reforma Agrária (Um Relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. João Pessoa, Colina da Primavera Ed., 1986.

PROJETO NORDESTE: Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor. Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa, Dez./1986.

SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, Ivalmira G. da. "Terra para quem nela trabalha": A atuação da Igreja no conflito de Alagamar (1975-1980). Monografia apresentada na conclusão do Curso de Bacharelado em História. UFPB, Campus II, Campina Grande, 1986. (mimeo)

SILVA, J. Graziano da. O que é a questão agrária? 11.^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, Rosa M. Godoy. O regionalismo Nordeste: existência e consciência da desigualdade. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.

THOMPSON, E.H. A formação da classe operária inglesa. Vol I, A Árvore da liberdade. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WEBER, Max. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Gabriel Cohn; trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo, Ática, 1979.

WEFFORT, Francisco. Sindicalismo e política. Tese apresentada para concurso de livre-docência na USP-FFLCH, São Paulo, s/data. (mimeo).

b) Relatórios e Documentos.

CENTRU - (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural):

Relatório de Encontro dos STRs de Alagoa Grande, Juarez Távora e Serra Redonda. Juarez Távora, 15 de abril de 1986.

Reunião de Avaliação do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande, 18 de abril de 1986.

Relato da participação do CENTRU no Iº Dissídio coletivo dos canavieiros do Estado da Paraíba. João Pessoa, 1984 (?).

Campanha salarial na zona da cana da Paraíba. João Pessoa, 1985.

Relatório da 5ª Assembléia Geral do CENTRU. João Pessoa, 1985.

Relatório da 1ª etapa do curso de formação para Sem Terras. João Pessoa, 1987.